



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA DOS SERVIÇOS LEGISLATIVOS

Comissão de Constituição e Justiça

15

574

PROTOCOLO GERAL

AUTOR	NÚMERO
	1034
EMENTA	DATA
DOCUMENTOS ANEXOS	ESPÉCIE

	DATA	NATUREZA
	D M A	
A A T T A J U N		

INDICAÇÃO DE MOVIMENTO

--	--	--	--	--	--



Câmara dos Deputados

ASSUNTO: Protocolo n.º

DESPACHO:

em de 19

DISTRIBUIÇÃO

- Ao Sr. , em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr. , em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr. , em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr. , em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr. , em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr. , em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr. , em 19
- O Presidente da Comissão de
- Ao Sr. , em 19
- O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 146 DE 1948

SINOPSE

Projeto N.º de de de 19.....

Ementa:

.....

.....

Autor:

Discussão única

Discussão inicial

Discussão final

Redação final

Remessa ao Senado

Emendas do Senado aprovadas em de de 19.....

Sancionado em de de 19.....

Promulgado em de de 19.....

Vetado em de de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de de de 19.....

Caixa: 74

Lote: 23
PL N.º 146/1948

2

So Aguiro
29-XI-50

Excell. Sr. Munhoz da Rocha

CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Directoria dos	Legislativos
FEV 13 1951	
PROTOCOLO GERAL	
N.º	

0309

1.313

13 de dezembro de 1950

Excelentíssimo Senhor Deputado Munhoz da Rocha
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência,
para os devidos fins, os inclusos autógrafos dos decretos le-
gislativos, sancionados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente
da República:

* 146-48 - que autoriza o Ministro de Estado dos Negócios
da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a empréstimo a
ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pe-
la Companhia Geral de Eletricidade;

* 244-49 - que dispõe sobre a promoção e reforma do sub-
oficial da Aeronáutica Luiz de Góes; e

* 628/50 - que autoriza a abertura do crédito especial pa-
ra a construção da linha férrea Blumenau-Itajaí.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa
Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Alcides Pompeu

*Olinda
Plínio Bompiani*

Sancionado 7.12.50

146-48

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Guarini L. Dutra

Art. 1º - É o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo até o montante de USA \$ 3.000.000,00 (três milhões de dolares) a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, junto ao International Bank for Reconstruction and Development.

Parágrafo único - É o Governo Brasileiro subrogado nas garantias reais e outras que a Companhia Matogrossense de Eletricidade e a Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, deverão prestar ao International Bank for Reconstruction and Development.

Art. 2º - O produto desse empréstimo será destinado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade a cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, mão de obra, relacionados com a ampliação da capacidade de força e energia elétrica para a execução de serviços de utilidade pública nos municípios de Campo Grande, Aquidauana e Corumbá, em Mato Grosso, a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade, nos municípios de Caconde e Tapiratiba, em São Paulo, e nos municípios de Guaxupé, Guaranésia, Muzambinho, Monte Belo, Nova Rezende, São Pedro da União, Alpinópolis, Conceição Aparecida e Carmo do Rio Claro, em Minas Gerais, a cargo da Companhia Geral de Eletricidade.

Parágrafo único - O contrato de empréstimo deverá estabelecer normas sobre a verificação da efetiva aplicação dos fundos obtidos para os fins deste artigo.

Art. 3º - No exercício da autorização contida no Art. 1º desta lei, poderá o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda obrigar o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, praticar todos os atos julgados necessários ao aludido fim.

Art. 4º - O pagamento do principal e acessórios dos empréstimos será livre de impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais, e os atos inerentes à própria operação de crédito aqui autorizada.

Art. 5º - O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda poderá aceitar quaisquer outras cláusulas e condições habitualmente estabelecidas pelo International Bank for Reconstruction and Development nos contratos de empréstimos feitos com governos estrangeiros participantes do mesmo Banco.

Parágrafo único - O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda concederá, ainda, aos serviços do empréstimo os mesmos privilégios concedidos aos serviços dos empréstimos externos federais, estaduais e municipais.

Art. 6º - Será válido o compromisso geral e antecipado de dirimir por arbitramento todas as controvérsias que surgirem com relação ao empréstimo.

Art. 7º - O contrato deverá ser registrado a posteriori no Tribunal de Contas, na conformidade do § 2º, item III, do Art. 77 da Constituição Federal.

Art. 8º - A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 28 de novembro de 1950

Maurício

Lauro de Almeida

Plínio Corrêa

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS:



Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

Protocolo n.º

DESPACHO:

em de 19

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. , em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. , em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. , em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. , em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. , em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. , em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. , em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. , em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. , em 19
O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 146 DE 1948

SINOPSE

Projeto N.º de de de 19.....

Ementa:

Autor:

Discussão única

Discussão inicial

Discussão final

Redação final

Remessa ao Senado

Emendas do Senado aprovadas em de de 19.....

Sancionado em de de 19.....

Promulgado em de de 19.....

Vetado em de de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de de de 19.....

INTEIRADA

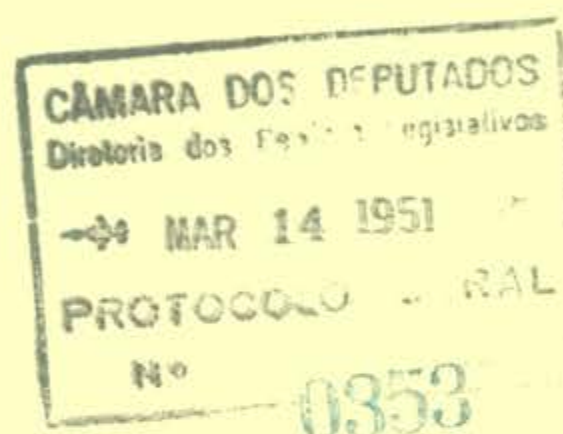
25/XI/1950

[Handwritten signature]

1.185

28 de novembro de 1950

Excelentíssimo Senhor Deputado Munhoz da Rocha
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados



Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para que se digne levar ao conhecimento da Câmara dos Deputados, que o Senado adotou e enviou à sanção do Excelentíssimo Senhor Presidente da República o projeto de lei dessa Câmara que autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até USA \$ 3.000.000,00 (três milhões de dolares) a ser contratado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

[Handwritten signature]

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS:



2.3.50
CÂMARA DOS DEPUTADOS
P R O J E T O
Nº 146-B-1948
R E D A Ç Ã O

A imprens
Em 1/3/950

[Assinatura]

Redação final do Projeto de lei, nº 146-A, de 1948, que autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dolares a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

H. Art. 1º / É o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo até o montante de USA \$3.000.000,00 (três milhões de dolares) a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, junto ao International Bank for Reconstruction and Development.

H. Parágrafo único / É o Governo Brasileiro subrogado nas garantias reais e outras que a Companhia Matogrossense de Eletricidade e a Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, deverão prestar ao Internacional Bank for Reconstruction and Development.

H. 1. Art. 2º / O produto desse empréstimo será destinado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade a cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, mão de obra/relacionados com a ampliação da capacidade de força e energia elétrica para a execução de serviços de utilidade pública nos municípios de Campo Grande/ Aquidauana e Corumbá, em Mato Grosso, a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade, nos municípios de Caconde e Tapiratiba, em São Paulo, e nos municípios de Guaxupé, Guaranésia, Muzambinho, Monte Belo, Nova Re- zende, São Pedro da União, Alpinópolis, Conceição Aparecida e Carmo do Rio Claro, em Minas Gerais, a cargo da Companhia Geral de Eletricidade.

H. 1. Parágrafo único / O contrato de empréstimo deverá estabelecer normas sobre a verificação da efetiva aplicação dos fundos obtidos para os fins deste artigo.

H. 1. Art. 3º / No exercício da autorização contida no Art. 1º poderá o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda obrigar o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, praticar todos os atos julgados necessários ao aludido fim.

Por meio do qual se expediu
Secretaria da Câmara dos Deputados
em 13 de maio de 1950
Chefe da Seção de Expediente

4, desta lei;



H. 1. Artigo 4º / O pagamento do principal e acessórios dos empréstimos será livre de impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais, e os atos inerentes à própria operação de crédito aqui autorizada.

H. 1. Artigo 5º / O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda poderá aceitar quaisquer outras cláusulas e condições habitualmente estabelecidas pelo International Bank for Reconstruction and Development nos contratos de empréstimos feitos com governos estrangeiros participantes do mesmo Banco.

/ Parágrafo único / O Ministro da Fazenda concederá, ainda, aos serviços do empréstimo os mesmos privilégios concedidos aos serviços dos empréstimos por arbitramento todas as controvérsias que surgirem com relação ao empréstimo.

H. 1. Artigo 7º / O contrato deverá ser registrado posteriori no Tribunal de Contas, na conformidade do §2º, item III, do Artigo 77 da Constituição Federal. H. 1. / A. H. 1.

H. 1. Artigo 8º / A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Redação, 1º de Março de 1950.

Luiz Cláudio

Heróphilis

H. de Estado dos Negócios

*Agência de Banco
Rômulo Fontes*

*... externa federal, estadual e municipal.
" Artº 6º. Será válido o compromisso geral
e antecipado de diminuir*

*...
...*



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. É o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo até o montante de USA \$..... 3.000.000,00 (três milhões de dolares) a ser contratado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, junto ao International Bank for Reconstruction and Development.

10
Parágrafo único. É o Governo Brasileiro subrogado nas garantias reais e outras que a Companhia Matogrossense de Eletricidade e a Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, deverão prestar ao International Bank for Reconstruction and Development.

Art. 2º. O produto desse empréstimo será destinado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e



- 2 -

pela Companhia Geral de Eletricidade e cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, mão de obra, relacionados com a ampliação da capacidade de força e energia elétrica para a execução de serviços de utilidade pública nos municípios de Campo Grande, Aquidauana e Corumbá, em Mato Grosso, a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade, nos municípios de Caconde e Tapiratiba, em São Paulo, e nos municípios de Guaxupé, Guaranésia, Muzambinho, Monte Belo, Nova Rezende, São Pedro da União, Alpinópolis, Conceição Aparecida e Carmo do Rio Claro, em Minas Gerais, a cargo da Companhia Geral de Eletricidade.

Parágrafo único. O contrato de empréstimo deverá estabelecer normas sobre a verificação da efetiva aplicação dos fundos obtidos para os fins deste artigo.

Art. 3º. No exercício da autorização contida no Art. 1º desta lei, poderá o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda obrigar o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, praticar todos os atos julgados ne-



- 3 -

necessários ao aludido fim.

Art. 4º. O pagamento do principal e acessórios dos empréstimos será livre de impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais, e os atos inerentes à própria operação de crédito aqui autorizada.

Art. 5º. O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda poderá aceitar quaisquer outras cláusulas e condições habitualmente estabelecidas pelo International Bank for Reconstruction and Development nos contratos de empréstimos feitos com governos estrangeiros participantes do mesmo Banco.

Parágrafo único. O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda concederá, ainda, aos serviços do empréstimo os mesmos privilégios concedidos aos serviços dos empréstimos externos federais, estaduais e municipais.

Art. 6º. Será válido o compromisso geral e antecipado de dirimir por arbitramento todas as controvérsias que surgirem com relação ao empréstimo.

Art. 7º. O contrato deverá ser registrado a posteriori no Tribunal de Contas, na conformidade do



- 4 -

§ 2º, item III, do Art. 77 da Constituição Federal.

Art. 8º. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 13 DE MARÇO DE 1950.

Rio de Janeiro, em¹³ de março de 1950.

Nº 291

Encaminha autógrafa
do Projeto de Lei
nº 146-B, de 1948.

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafa do Projeto de Lei nº 146-B, de 1948, que autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dólares a ser contratado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e distinta consideração.

Anexos:

Ratatório das Cias Matogrossense
de Eletricidade e Geral de Eletricidade.
Av. 229/48, do M.F.
Req. a/n, de 12.2.49 das mencionadas
Companhias, c/ 2 documentos
Av. G.M. 2244/49, do M. Agricultura
Avulsos: 146 e 146-B/48 (6 de cada)
NOTA: Esgotaram-se os avulsos de letra A.

MUNHOZ DA ROCHA
1º Secretário.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Georgino Avelino,
Primeiro Secretário do Senado Federal.

BP/HRP.

*aprovado o substitutivo de Finanças, para o mesmo a
discussão e julgamento*



24-2-50
[assinatura]

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Emenda a licença de empréstimo, para a mesma
[assinatura]

PROJETO

N.º 146-A — 1948

Autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dólares a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo; tendo pareceres com substitutivos das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças

origi-
Art. 1.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo até o montante de USA \$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares) a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, junto ao International Bank for Reconstruction and Development, instituição de crédito norte-americana.

Art. 2.º O produto desse empréstimo será destinado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade a cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, materiais, mão de obra relacionados com a ampliação da capacidade de força e energia elétrica, assim como o resgate da totalidade das debêntures emitidas para a execução, de serviços de utilidade pública nos municípios de Campo Grande, Aquidauana e Corumbá, em Mato Grosso, a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade, nos municípios de Caconde e Tapiratiba, em São Paulo, e nos municípios de Guaxupé, Guaranésia, Muzambinho, Monte Belo, Nova Rezende, São Pedro da União, Alpinópolis, Conceição Aparecida e Carmo do Rio Claro, em Minas Gerais a cargo da Companhia Geral de Eletricidade.

Art. 3.º No exercício da autorização contida no artigo 1.º supra, poderá o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda obrigar o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, podendo transigir renunciar e praticar todos os demais atos que julgar necessários.

Art. 4.º O pagamento do principal e acessórios do empréstimo será livre de quaisquer restrições ou impostos taxas e contribuições federais, estaduais e municipais, bem assim os contratos relacionados à operação de crédito aqui autorizada e os atos deles decorrentes.

Art. 5.º O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda poderá aceitar quaisquer outras cláusulas e condições habitualmente estabelecidas pelo International Bank for Reconstruction and Development nos contratos feitos com governos estrangeiros participantes do mesmo Banco.

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda concederá, ainda aos serviços do empréstimo os mesmos privilégios concedidos aos serviços dos empréstimos federais, estaduais e municipais.

Art. 6.º O Governo Brasileiro ficará subrogado nas garantias reais que a Companhia Matogrossense de

Eletricidade e a Companhia Geral de Eletricidade prestarem ao Bank for Reconstruction and Development.

Art. 7.º Será válido o compromisso geral e antecipado de dirimir por arbitramento todas as controvérsias que surgirem com relação ao empréstimo.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 9.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Rio, 20 de abril de 1948. — *Dolor de Andrade*. — *Aureliano Leite*. — *Wellington Brandão*. — *Alfredo Sá*. — *Christiano Machado*. — *Bias Fortes*. — *Duque Mesquita*. — *Olytho Fonseca*. — *Augusto Viegas*. — *Toledo Piza*. — *José Maria Lopes Cançado*. — *José Bonifácio*. — *Vieira da Rocha*. — *José Esteves Rodrigues*. — *Euzébio da Rocha*. — *Lycurgo Leite*. — *Agrícola de Barros*. — *Adelmar Rocha*. — *Vasconcelos Costa*. — *Jurandyr Pires*. — *José Monteiro de Castro*. — *Faria Lobato*. — *Alves Palma*. — *Jacy de Figueiredo*. — *Alde Sampaio*. — *Campos Vergal*. — *José Alves Linhares*. — *Pedro Dutra*. — *Lahyr Tostes*.

Justificação

1. Está em andamento, na Câmara dos Deputados, o projeto que autoriza o empréstimo de 90 milhões de dólares a ser contraído pela Brazilian Traction, Light & Power Co. Ltd., e sob garantia do Tesouro Nacional, tendo em vista a Mensagem n.º 17, de 11 de janeiro do corrente ano. Sobre o assunto, já se manifestaram, favoravelmente, as Comissões de Justiça e de Finanças. Como medida legal e idônea, preservando interesses nacionais, foi aprovada a emenda que considera o Governo Brasileiro subrogado nas garantias reais que a Light prestar ao banco financiador. O empréstimo destina-se a cobrir o custo de maquinarias, equipamentos, materiais e mão de obra necessários à execução do plano de ampliação da capacidade de força e energia elétrica, assim como dos serviços de telefone, gás e outros melhoramentos de utilidade pública no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A operação de crédito será feita no International Bank for Reconstruction and Development, com sede nos Estados Unidos da América do Norte.

2. O projeto, que ora apresentamos, também se destina a cobrir o custo de maquinarias e equipamentos relacionados com a ampliação de força e energia elétrica, assim como o resgate das debentures emitidas para serviços de utilidade pública em vários municípios de São Paulo, Minas e Mato Grosso, a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade e da Companhia Geral de Eletricidade, sediadas à rua São Francisco n.º 81, 4.º andar, na Capital de São Paulo. São duas antigas empresas, constituídas de acionistas brasileiros, em franca prosperidade e que gozam de reputação comercial destacada, em face da idoneidade e capacidade técnica de seus diretores. A prova eloquente é que o mesmo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, que entabou negociações com empresa tão poderosa, como seja a Light & Power, aceitará também a proposta que lhe será encaminhada pela Companhia Matogrossense e pela Companhia Geral de Eletricidade. Estas empresas aguardam apenas a votação e sanção do presente projeto de lei, para a assinatura do contrato de empréstimo de três milhões de dólares, ou seja, em nossa moeda, mais ou menos 60 milhões de cruzeiros, que se destinam a melhoramentos inadiáveis e que tanto benefícios hão de espalhar em diversos municípios.

3. Convém destacar que a Companhia Matogrossense, com escassos e onerosos recursos aqui conseguidos, deu execução às ampliações previstas no Decreto n.º 21.706, de 23 de agosto de 1946, em relação à cidade de Corumbá. Por outro lado, Maracajú e Ribas do Rio Pardo esperam e clamam pelos serviços de luz e força elétrica, porque estão às escuras. Do mesmo modo, Campo Grande e Aquidauana necessitam, imediatamente, novos recursos de motores Diesel, até que possa a Companhia Matogrossense dar cumprimento ao seu projeto de construção de uma usina hidráulica de 12.000 Kw. — No memorial, em anexo, estão descritos todos os planos e detalhes que devem ser executados.

4. Relativamente à Companhia Geral de Eletricidade, dentre outras se destacam as obras hidráulicas no Rio Pardo, município de Caconde, Estado de São Paulo, em adiantada fase

construção. Assim também a usina de Carmo do Rio Claro necessita ampliação. O programa é grande e consta do anexo.

5. No estudo que fizemos, em torno da iniciativa do presente projeto, concluímos que não há obrigatoriedade de Mensagem para proposições desta natureza. Pois, cabe a Câmara dos Deputados ou ao Presidente da República a iniciativa de todas as leis sobre matéria financeira e, notadamente, cabe, ainda, ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, autorizar abertura e operações de crédito e emissões de curso forçado, (artigo 67 § 1.º e artigo 65 — VI — da Constituição; e artigo 84 § 1.º I — do Regimento Interno da Câmara dos Deputados). Esta é nossa desvaliosa opinião). No entanto, a douta Comissão de Constituição e Justiça, em tempo oportuno, melhor se manifestará sobre o assunto.

Sala das Sessões, Rio, 20 de abril de 1948. — *Dolor de Andrade*, Deputado.

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça

*Parecer
justo
com*

I — O operoso deputado Dolor de Andrade apresentou a consideração da Câmara um projeto, que tomou o n.º 146, autorizando o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dólares a ser controlado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade com sede na Capital de São Paulo. Pediu fosse ouvido o Poder Executivo, tendo o Senhor Ministro da Fazenda informado que *"julgava prematuro o projeto, convindo, antes de ser concedida aquela autorização, indagar-se da possibilidade de ser realizada a operação, visto como não há referências, neste sentido, a qualquer entendimento das companhias com o citado Banco"*. Tomando conhecimento da informação do Ministro da Fazenda, segundo se depreende da cópia anexa ao processado, ora sob estudo, a Companhia, em petição esclareceu que o seu representante havia estado nos Estados Unidos e tivera entendimentos com o Banco e que este pretendia, desde logo, a comprovação da garantia do Governo Brasileiro ao empréstimo. De referência as informações pedidas ao Conselho de Eletricidade e Departamento de Aguas

e Energia Elétrica — Ministério da Agricultura, desistimos dessas informações.

II — Quando da discussão do projeto que autorizou o empréstimo da Light assinalamos a constitucionalidade da proposição com as emendas apresentadas, inclusive aquelas que resguardavam o Tesouro e outros aspectos necessários. Tratava-se de um projeto decorrente de Mensagem do Executivo. No caso em apreço a proposição é originária da iniciativa de vários deputados. Não nos parece que haja modificação, quanto ao aspecto constitucional. Trata-se de uma autorização, que pode ser usada ou não.

Tivemos oportunidade de, no projeto do empréstimo da Light, assinalar que várias companhias de eletricidade estavam necessitando de amparo e o crédito, portanto, deveria ser aproveitado numa proporcionalidade de distribuição a todas elas. E por conseguinte, o que nos revela, agora a proposição do nobre deputado Dolor de Andrade e demais signatários do projeto.

III — Todavia, incide o projeto naqueles mesmos defeitos que ressaltamos no do empréstimo a Light e seria de refundir em um substitutivo, e quanto a conveniência, atendendo a situação que o próprio Governo pela Carteira Cambial do Banco do Brasil vem ressaltando de falta de divisas, com as maiores restrições à importação e transações com dólares, cabe a Comissão de Finanças o seu exame.

IV — Somos, assim, pela constitucionalidade do projeto com um substitutivo.

Sala Afrânio Melo Franco, em 2 de agosto de 1949. — *Gilberto Valente*, Relator.

PARECER

A Comissão de Constituição e Justiça, aprovando o parecer do relator, apresenta a consideração da Câmara o seguinte

SUBSTITUTIVO

Autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dólares a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo.

Art. 1.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo até o montante de USA \$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares) a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, junto ao International Bank for Reconstruction and Development.

Art. 2.º O produto desse empréstimo será destinado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade a cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, materiais, mão de obra relacionados com a ampliação de capacidade de força elétrica assim como resgate da totalidade das debêntures emitidas para execução de serviço de utilidade pública nos municípios de Campo Grande, Aquidauana e Corumbá, em Mato Grosso a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade, nos municípios de Caconde e Tapiratiba, em São Paulo, e nos Municípios de Guaxupé, Guaranésia, Muzambinho, Monte Belo, Nova Rezende, São Pedro de União, Alpinópolis, Conceição Aparecida e Carmo do Rio Claro, em Minas Gerais, a cargo da Companhia Geral de Eletricidade.

§ 1.º A União serão dados em garantia, pelas companhias beneficiárias, seus bens, ficando subrogada nas garantias reais que forem prestadas para o empréstimo.

§ 2.º A União fiscalizará a aplicação do empréstimo.

Art. 3.º No exercício da autorização contida no artigo 1.º supra, poderá o Ministério de Estado dos Negócios da Fazenda obrigar o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, podendo transigir, renunciar e praticar todos os atos que julgar necessários, submetidos porém pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, inclusive quaisquer cláusulas de juízo arbitral.

Art. 4.º O pagamento do principal e acessórios dos empréstimos será livre de impostos, taxas, e contribuições federais, estaduais e municipais, bem como assim os atos inerentes à própria operação de crédito aqui autorizada.

Art. 5.º O contrato será submetido à registro no Tribunal de Contas inclusive o ato de garantia da fiança,

nos termos do artigo 77, da Constituição.

Art. 6.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Em 12 de agosto de 1949. — Agamenon Magalhães, Presidente. Gilberto Valente, Relator. — Samuel Duarte. — Freitas e Castro, com restrições. — Pacheco de Oliveira, com restrições. — Pereira de Sousa. — Nobre Filho. — Pereira da Silva. — Benedito Valadares. — Batista Pereira. — Plínio Barreto. — Carlos Valdemar. — Aristides Largura. — Gustavo Capanema. — Lameira Bitencourt. — Hermes Lima.

Parecer da Comissão de Finanças

RELATÓRIO

(N.º 16)

O projeto n.º 146-48 dispõe sobre empréstimo, já entabulado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, ambas com sede na Capital de São Paulo, junto ao International Bank for Reconstruction and Development, até o montante de USA \$ 3.000.000 (três milhões de dólares), para cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, materiais, mão de obra e resgate de debentures, destinados a melhoramentos nos serviços de força e luz em quatorze municípios situados em Mato-Grosso Minas e São Paulo. Acha-se, em anexo, o memorial descritivo, com plantas e detalhes de todas as obras que deverão ser executadas logo que se possa efetivar a referida operação de crédito.

De acordo com os princípios constitucionais, operações desta natureza só se realizam com garantia do Governo Federal, e por isso, compete ao Poder Legislativo autorizá-la, em cada caso, já foram aqui aprovados os projetos sobre empréstimos semelhantes, entabulados pela Light e pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco, junto ao mesmo Banco Internacional, do qual o Brasil faz parte.

E' certo que aqueles dois projetos foram da iniciativa do Poder Executivo. Mas, no presente caso existem documentos oficiais que resguardam a constitucionalidade da proposição e nesse sentido já opinou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça, oferecendo-lhe o

substitutivo que adiante comentaremos. E os documentos são os seguintes: (carta do Sr. Ministro da Fazenda, com data de 8 de janeiro do corrente ano, dirigida ao Bank for Reconstruction and Development) — onde se lê:

“Tratando-se de empreendimento útil ao país, e devidamente autorizado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, cumpre-me recomendar a operação à consideração desse estabelecimento”.

“Esclareço que o Governo dará oportunamente, as garantias que forem previstas no projeto de lei pendente de aprovação do Poder Legislativo”.

De outro lado, existem as informações do Ministério da Agricultura, que através da Diretoria de Aguas e Energia, se manifesta de modo favorável, destacando-se o seguinte:

“O parecer da Divisão de Aguas, subscrito por seu Diretor, Dr. Waldemar de Carvalho, é favorável, levantando, porém, a tese de talvez não seja possível a União garantir o total dos investimentos previstos pelo Plano Salte como necessários no setor da eletricidade, os quais ultrapassam a casa dos 8 bilhões de cruzeiros.

“Embora o reparo seja procedente, julgo que o mesmo não deve motivar qualquer restrição à iniciativa, pois nas zonas de Mato-Grosso, São Paulo e Minas, servidas por essas Companhias, a deficiência de energia está sendo um óbice ao progresso e um motivo sério de desconforto e irritação.

“Já estando em marcha o projeto de lei não seria razoável, penso eu, sustar, seu andamento para estudos de ordem geral sobre o problema da eneregia.

“Proponho, assim, que V. Ex.ª expendá, opinião favorável. Em 22 de outubro de 1949. — *Mário da Silva Pinto, Diretor Geral.*

Passando, agora, ao estudo do substitutivo oferecido pela Comissão de Justiça, verifica-se que foram ali introduzidas algumas modificações ao projeto.

1 — A União fiscalizará a aplicação do empréstimo.

Não há inconveniente, neste ponto, em aceitar-se essa emenda, porque geralmente, os empréstimos, inclusive pelas caixas econômicas federais, são sempre fiscalizados.

2 — O contrato será submetido a registro no Tribunal de Contas nos termos do artigo 77 da Constituição.

Opinamos favoravelmente em face do artigo 77 § 2.º da Constituição, muito embora se trate, na espécie, de simples autorização para garantia de empréstimo com fiança pelo Tesouro Nacional.

3 — Outras pequenas modificações foram ali debatidas. Entretanto, tendo a Comissão de Finanças discutido e aprovado projeto semelhante, qual seja o que foi feito para o empréstimo da Light, perante o mesmo Banco Internacional, entendemos que no presente caso aquela proposição deverá servir de padrão. Ninguém na que possa negar a utilidade do empréstimo pleiteado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, visando melhoramentos em serviços públicos, beneficiando diversas cidades de Mato Grosso, Minas e São Paulo.

4 — Somos, ainda, de opinião que sejam excluídas as debentures, porque o empréstimo deverá destinar-se à aquisição de maquinárias, de equipamentos, de materiais, de mão de obra, e não para o resgate de debentures. Acresce que o próprio Banco Internacional poderá recusar-se a fazer o empréstimo, desde que se inclua o resgate em apreço, fugindo assim às normas já estabelecidas em outras oportunidades.

5 — Finalmente, oferecemos ao conhecimento e debate da Comissão de Finanças o substitutivo, que vai em separado, seguindo os termos do projeto já aprovado para o empréstimo da Light.

Sala Antônio Carlos, 7 de dezembro de 1949. — *Israel Pinheiro, Relator.*

SUBSTITUTIVO

Autoriza o Ministério da Fazenda a garantir em empréstimo até três milhões de Dólares a ser contratado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado

a dar garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo até o montante de USA \$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares) a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, junto ao International Bank for Reconstruction and Development.

Parágrafo único. E' o Governo Brasileiro subrogado nas garantias reais e outras que a Companhia Matogrossense de Eletricidade e a Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, deverão prestar ao International Bank for Reconstruction and Development.

Art. 2.º O produto desse empréstimo será destinado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade a cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, mão de obra relacionados com a ampliação da capacidade de força e energia elétrica para a execução de serviços de utilidade pública nos municípios de Campo Grande, Aquidauana e Corumbá, em Mato Grosso, a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade, nos municípios de Caconde e Tapiratiba, em São Paulo, e nos municípios de Guaxupé, Guaranésia, Muzambinho, Monte Belo, Nova Resende, São Pedro da União, Alpinópolis, Conceição Aparecida e Carmo do Rio Claro, em Minas Gerais, a cargo da Companhia Geral de Eletricidade.

Parágrafo único. O contrato de empréstimo deverá estabelecer normas sobre a verificação da efetiva aplicação dos fundos obtidos para os fins deste artigo.

Art. 3.º No exercício da autorização contida no art. 1.º, poderá o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda obrigar o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da

quantia mutuada e seus acessórios, praticar todos os atos julgados necessários ao aludido fim.

Art. 4.º O pagamento do principal e acessórios dos empréstimos será livre de impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais, e os atos inerentes à própria operação de crédito aqui autorizada.

Art. 5.º O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda poderá aceitar quaisquer outras cláusulas e condições habitualmente estabelecidas pelo International Bank for Reconstruction and Development, nos contratos de empréstimos feitos com governos estrangeiros participantes do mesmo Banco.

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda concederá, ainda, aos serviços do empréstimo os mesmos privilégios concedidos aos serviços dos empréstimos externos federais, estaduais e municipais.

Art. 6.º Será válido o compromisso geral e antecipado de dirimir, por arbitramento, todas as controvérsias que surgirem com relação ao empréstimo.

Art. 7.º O contrato deverá ser registrado "a posteriori" no Tribunal de Contas, na conformidade do § 2.º, item III, do art. 77 da Constituição Federal.

Art. 8.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Antônio Carlos, 3 de fevereiro de 1950. — *Toledo Piza*, Presidente em exercício. — *Israel Pinheiro*, Relator. — *Raul Barbosa*. — *Licurgo Leite*. — *Dioclecio Duarte*. — *Amaral Peixoto*. — *Segadas Viana*, com restrições. — *Orlando Brasil*. — *José Maciel*. — *Café Filho*, com restrições. — *Ponce de Arruda*. — *Agostinho Monteiro*.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

146A

1948

Orç

pt. 1

Parceiros de Justiça

12.8.49

Gilberto Valente

pp. 3 e 4

em substituição — pt. 3

Parceiros de Justiça

3-2-50

Israel

pp. 4 e 6

em substituição — pt. 5

Aprova o substitutivo de leis anexas, para o mesmo a
Sessão seguinte

FOLHA DE DISTRIBUIÇÃO

NOME

DOLOR DE ANDRADE

NÚMERO

1324

Proj. 146/40

A (s) Comiss (s) de

Em de de 194

SECRETÁRIO

Ao Deputado Gilberto Valente

Em 30 de abril de 1948

H. M. G. J. L.

Informações ao relator, deputado Gilberto Valente

Em 27 de abril de 1948

H. M. G. J. L.

Ao relator dep. Gilberto Valente

Em 18 de março de 1949

H. M. G. J. L.

Ao Dep. Israel Pinheiro

Em 19 de 8 de 1949

H. M. G. J. L.

Em de de 194

Em de de 194

Projeto

N.º 146/A - 1948

9 2 50

Autariza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dólares a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo; tendo pareceres com substitutivos das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

PROJETO

N.º 146 - 1948 a que se refere o parecer

Autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dólares a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo

Do Sr. Dolor de Andrade

Art. 1.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo até o montante de USA \$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares) a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, junto ao International Bank for Reconstruction and Development, instituição de crédito norte-americana.

Art. 2.º O produto desse empréstimo será destinado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade a cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, materiais, mão de obra relacionados com a ampliação da capacidade de força e energia elétrica, assim como o resgate da totalidade das debêntures emitidas para a execução, de serviços de utilidade pública nos municípios de Campo Grande, Aquidauana e Corumbá, em Mato Grosso, a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade, nos municípios de Caconde e Tapiratiba, em São Paulo, e nos municípios de Guaxupé, Guaranésia, Muzambinho, Monte Belo, Nova Rezende, São Pedro da União, Alpinópolis, Conceição Aparecida e Carmo do Rio Claro, em Minas Gerais a cargo da Companhia Geral de Eletricidade.

Art. 3.º No exercício da autorização contida no artigo 1.º supra, poderá o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda obrigar o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada, e seus acessórios, podendo transigir, renunciar e praticar todos os demais atos que julgar necessários.

Art. 4.º O pagamento do principal e acessórios do empréstimo será livre de quaisquer restrições cu impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais, bem assim os contratos relacionados à operação de crédito aqui autorizada e os atos deles decorrentes.

Art. 5.º O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda poderá aceitar quaisquer outras cláusulas e condições habitualmente estabelecidas pelo International Bank for Reconstruction and Development nos contratos feitos com governos estrangeiros participantes do mesmo Banco.

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda concederá, ainda, aos serviços do empréstimo os mesmos privilégios concedidos aos serviços dos empréstimos federais, estaduais e municipais.

Art. 6.º O Governo Brasileiro ficará sub-rogada nas garantias reais que a Companhia Matogrossense de

Eletricidade e a Companhia Geral de Eletricidade prestarem ao Bank for Reconstruction and Development.

Art. 7.º Será válido o compromisso geral e antecipado de dirimir por arbitramento todas as controvérsias que surgirem com relação ao empréstimo.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 9.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Rio, 20 de abril de 1948. — *Dólor de Andrade*. — *Aureliano Leite*. — *Wellington Brandão*. — *Alfredo Sá*. — *Christiano Machado*. — *Bias Fortes*. — *Duque Mesquita*. — *Olyntho Fonseca*. — *Augusto Viegas*. — *Toledo Piza*. — *José Maria Lopes Cançado*. — *José Bonifácio*. — *Vieira da Rocha*. — *José Esteves Rodrigues*. — *Euzébio da Rocha*. — *Pedroso Júnior*. — *Diniz Gonçalves*. — *Lycurgo Leite*. — *Agrícola de Barros*. — *Adelmar Rocha*. — *Vasconcelos Costa*. — *Jurandyr Pires*. — *José Monteiro de Castro*. — *Faria Lobato*. — *Alves Palma*. — *Jacy de Figueiredo*. — *Alde Sampaio*. — *Campos Vergal*. — *José Alves Linhares*. — *Pedro Dutra*. — *Lhayr Tostes*.

Justificação

1. Está em andamento, na Câmara dos Deputados, o projeto que autoriza o empréstimo de 90 milhões de dólares a ser contraído pela Brazilian Traction, Light & Power Co. Ltd., e sob garantia do Tesouro Nacional, tendo em vista a Mensagem, n.º 17, de 11 de janeiro do corrente ano. Sobre o assunto, já se manifestaram, favoravelmente, as Comissões de Justiça e de Finanças. Como medida legal e idônea, preservando interesses nacionais, foi aprovada a emenda que considera o Governo Brasileiro subrogado nas garantias reais que a Light prestar ao banco financiador. O empréstimo destina-se a cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, materiais e mão de obra necessários à execução do plano de ampliação da capacidade de força e energia elétrica, assim como dos serviços de telefone, gás e outros melhoramentos de utilidade pública no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A operação de crédito será feita no International Bank for Reconstruction and Development, com sede nos Estados Unidos da América do Norte.

2. O projeto, que ora apresentamos, também se destina a cobrir o custo de maquinárias e equipamentos relacionados com a ampliação de força e energia elétrica, assim como o resgate das debentures emitidas para serviços de utilidade pública em vários municípios de São Paulo, Minas e Mato-Grosso, a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade e da Companhia Geral de Eletricidade, sediadas à rua São Francisco n.º 31, 4.º andar, na Capital de São Paulo. São duas antigas empresas, constituídas de acionistas brasileiros, em franca prosperidade e que gozam de reputação comercial destacada, em face da idoneidade e capacidade técnica de seus diretores. A prova eloquente é que o mesmo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, que entabou negociações com empresa tão poderosa, como seja a Light & Power, aceitará também a proposta que lhe será encaminhada pela Companhia Matogrossense e pela Companhia Geral de Eletricidade. Estas empresas aguardam apenas a votação e sanção do presente projeto de lei, para a assinatura do contrato de empréstimo de três milhões de dólares, ou seja, em nossa moeda, mais ou menos 60 milhões de cruzeiros, que se destinam a melhoramentos inadiáveis e que tanto benefícios hão de espalhar em diversos municípios.

3. Convém destacar que a Companhia Matogrossense, com escassos e onerosos recursos aqui conseguidos, deu execução às ampliações previstas no decreto n.º 21.706, de 23 de agosto de 1946, em relação à cidade de Corumbá. Por outro lado, Maracajú e Ribas do Rio-Pardo esperam e clamam pelos serviços de luz e força elétrica, porque estão às escuras. Do mesmo modo, Campo-Grande e Aquidauana necessitam, imediatamente, novos recursos de motores Diesel, até que possa a Companhia Matogrossense dar cumprimento ao seu projeto de construção de uma usina hidráulica de 12.000 KW. — No memorial, em anexo, estão descritos todos os planos e detalhes que devem ser executados.

4. Relativamente à Companhia Geral de Eletricidade, dentre outras se destacam as obras hidráulicas no Rio Pardo, município de Caconde, Estado de São Paulo, em adiantada fase de construção. Assim também a usina de Carmo do Rio-Claro necessita amplia-

C 14

ção. O programa é grande e consta do anexo.

5. No estudo que fizemos, em torno da iniciativa do presente projeto, concluímos que não há obrigatoriedade de Mensagem para proposições desta natureza. Pois, cabe a Câmara dos Deputados ou ao Presidente da República a iniciativa de todas as leis sobre matéria financeira; e, notadamente, cabe, ainda, ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, autorizar abertura e operações

de crédito e emissões de curso forçado, (art. 67 § 1.º e art. 65 — VI — da Constituição; e art. 84 § 1.º I — do Regimento Interno da Câmara dos Deputados). Esta é nossa desvaliosa opinião. No entanto, a douta Comissão de Constituição e Justiça, em tempo oportuno, melhor se manifestará sobre o assunto.

Sala das Sessões, Rio, 20 de abril de 1948. — *Dolor de Andrade* — Deputado.

H. B. V. D. F. 12/4

20/8



C 15

-PARECER- da Comissão de
Constituição e Justiça *projeto nº. 146/48-*

I- O operoso deputado DOLOR DE ANDRADE apresentou a consideração da Câmara um projeto, que tomou o nº. 146, autorizando o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dólares a ser controlado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade com sede na Capital de São Paulo. Pedi fosse ouvido o Poder Executivo, tendo o sr. Ministro da Fazenda informado que "julgava prematuro o projeto, con-
vindo, antes de ser concedida aquela autorização, indagá-lo da possibi-
lidade de ser realizada a operação, visto como não ha referencias, neste
sentido, a qualquer entendimento das companhias com o citado Banco".

Tomando conhecimento da informação do Ministro da Fazenda, segundo se depreende da copia anexa ao processado, ora sob estudo, a Companhia, em petição esclareceu que o seu representante havia estado nos Estados Unidos e tivera entendimentos com o Banco e que este pretendia, desde logo, a comprovação da garantia do Governo Brasileiro ao empréstimo. De referencia as informações pedidas ao Conselho de Eletricidade e Departamento de Aguas e Energia Elétrica -Ministerio da Agricultura, desistimos dessas informações.

II- Quando da discussão do projeto que autorizou o empréstimo da Ligth assinalamos a constitucionalidade da proposição, com as emendas ~~que~~ apresentadas, inclusive aquelas que resguardavam o Tesouro e outros aspetos necessarios. Tratava-se de um projeto decorrente de Mensagem do Executivo. No caso em apreço a proposição é originaria da iniciativa de varios deputados. Não nos parece que haja modificação, quanto ao aspeto constitucional. Trata-se de uma autorização, que pode ser usada ou não.

Tivemos oportunidade de, no projeto do empréstimo da Ligth, assinalar que varias companhias de eletricidade estavam necessitando de amparo e o credito, portanto, deveria ser aproveitado numa proporcionalidade de distribuição a todas elas. E', por conseguinte, o que nos revela, agora a proposição do nobre deputado Dolor de Andrade e demais signatarios do projeto.

III- Todavia, incide o projeto naquels mesmos defeitos que ressaltamos no do empréstimo a Ligth e seria de refundir em um substitutivo, ~~devido~~
~~ao a resistencia aconselhavel~~ quanto a conveniencia, atendendo a situação que o proprio Governo ~~para~~ ^{na} Carteira Cambial do Banco do Brasil vem ressaltando de falta de divisas, com as maiores restrições á importação e transações com dólares, *calhe a Comissão de Finanças*

IV- Somos, assim, pela constitucionalidade do projeto, ~~por~~ ^{em} ~~substitutivo~~ ^{substitutivo}.

~~Em~~ Sala Afranio Melo Franco, em 2 de agosto de 1949

Gilberto Valente, relator



PARECER:

CA 6

A Comissão de Constituição e Justiça , aprovando o parecer o do relator , apresenta a consideração da Camara o seguinte

-SUBSTITUTIVO-

3/4
Autorisa o Ministerio da Fazenda a garantir um emprestimo até tres milhões de dolares a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de S.Paulo.

Art.1º-Fica o Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a um emprestimo até o montante de USA \$ 3.000.000,00 (tres milhões de dolares)a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade , com sede na Capital de São Paulo , junto ao International Bank for Reconstruction and Development .

Art.2º-O produto desse emprestimo será destinado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade a cobrir o custo de maquinarias , equipamentos , materiais , mão de obra relacionados com a ampliação de capacidade de força e energia eletrica , assim como resgate da totalidade das debentures emitidas para execução de serviços de utilidade publica nos municipios de Campo-Grande , Aquidanne e Corumbá , em Mato-Grosso , a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade , nos municipios de Caconde e Tapiratiba , em São Paulo , e nos Municipios de Guaxupé , Guaranesia , Muzambinho , Monte Belo , Nova Rezende , São Pedro de União , Alpinopolis , Conceição Aparecida e Carmo do Rio Claro , em Minas Gerais , a cargo da Companhia Geral de Eletricidade .

A União
Paragrafo Primeiro-~~As~~ ^{A União} ~~serão~~ dados em garantia, pelas companhias beneficiarias, seus bens , ficando subrogada nas garantias reais que forem prestadas para o emprestimo.

Paragrafo Segundo- A União fiscalizará a aplicação do emprestimo .

Art.3º-No exercicio da autorização contida no art.1 supra , poderá o Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda obrigar o Tesouro Nacional , como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus accessorios , podendo transigir , renunciar e praticar todos os atos que julgar necessarios , submetidas ^{porem} pelo Presidente da Republica ao Congresso Nacional , inclusive quaisquer clausulas de juizo arbitral .

Art.4º-O pagamento do principal e accessorios dos emprestimos será livre de impostos taxas , e contribuições federais , estaduais e municipais , bem como assim os atos inerentes á propria operação de credito aqui autorizada .

Art.5º-O contrato será submetido á ^{registro} ~~apreciação~~ do Tribunal de Contas, ~~xxxxxx~~ ~~xxxxxx~~ inclusive o ato de garantia da fiança .nos termos do art. 77 , da Constituição .

Art.6º-A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrario .

Agenda... 12/8/79
Assinado em 12/8/79
Assinado



~~Argento 14648~~

217

James Duarte

Freitas e Castro

Pedro de Oliveira
Pessoa de Souza
Pessoa de Souza
Pessoa de Souza

Maria

Leone da Silva
Benedicto Valdey
Pessoa de Souza
Pessoa de Souza

Pessoa de Souza

Carlo Valdey

Christina Pessoa

Guilherme Pessoa

Guilherme Pessoa

Guilherme Pessoa

Guilherme Pessoa

Guilherme Pessoa



RELATÓRIO

(Nº 16)

C/13 Wanderley 164

O projeto nº 146/48 dispõe sobre o empréstimo, já estabelecido pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia - Geral de Eletricidade, ambas com sede na Capital de S. Paulo, junto ao International Bank for Reconstruction and Development, até o montante de USA \$ 3.000.000 (três milhões de dólares), para cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, materiais, mão de obra e resgate de debêntures, destinados a melhoramentos nos serviços de força e luz em quatorze municípios situados em Mato-Grosso, Minas e São Paulo. Acha-se, em anexo, o memorial descritivo, com plantas e detalhes de todas as obras, que deverão ser executadas logo que se possa efetivar a referida operação de crédito.

De acordo com os princípios constitucionais, operações desta natureza só se realizam com garantia do Governo Federal, e por isso, compete ao Poder Legislativo autorizá-la, em cada caso. Já foram aqui aprovados os projetos sobre empréstimos semelhantes, estabelecidos pela Light e pela Companhia Hidroelétrica do S. Francisco, junto ao mesmo Banco Internacional, do qual o Brasil fez parte.

É certo que aqueles dois projetos foram de iniciativa do Poder Executivo. Mas, no presente caso, existem documentos oficiais que resguardam a constitucionalidade da proposição, e nesse sentido já opinou favoravelmente a dote Comissão de Constituição e Justiça, oferecendo-lhe o substitutivo que eu ante comentei. Os documentos são os seguintes: (carta do Sr. Ministro da Fazenda, com data de 3 de janeiro do corrente ano, dirigida ao Bank for Reconstruction and Development) - onde se lê:

"Tratando-se de empreendimento útil ao país, e devidamente autorizado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, cumpre-me recomendar a operação e a consideração desse estabelecimento."
"Esclareço que o Governo dará, oportunamente, as garantias que forem previstas no projeto de lei pendente de aprovação do Poder Legislativo."

De outro lado, existem as informações do Ministério da Agricultura, que através da Diretoria de Águas e Energia, se manifesta de modo favorável, destacando-se o seguinte:

"O parecer da Divisão de Águas, assinado por seu Diretor, Dr. Salles de Carvalho, é favorável, levantando, porém, a tese de talvez não seja possível à União garantir o total dos investimentos previstos pelo Plano Salte como necessários no setor da eletricidade, os quais ultrapassam a casa dos 2 bilhões de cruzeiros."
"Embora o reparo seja procedente, julgo que o mesmo não deve motivar qualquer restrição à iniciativa, pois nas zonas de Mato-Grosso, São Paulo e Minas, servidas por essas Companhias, a deficiência de energia está sendo um óbice ao progresso e um motivo sério de desconforto e irritação."
"Já estando em marcha o projeto de lei, não seria razoável, penso eu, sustar seu andamento para estudos de ordem geral sobre o



C19

"problema da energia.

"Proponho, assim, que V. Exa. expenda,
opinião favorável. Em 22/10/49 (as)
Mario da Silva Pinto - Diretor Geral

Passando, agora, ao estudo do substitutivo oferecido pela Comissão de Justiça, verifica-se que foram ali introduzidas algumas modificações ao projeto.

1 - "A União fiscalizará a aplicação do empréstimo".

Não há inconveniente, neste ponto, em aceitar-se essa emenda, porque geralmente os empréstimos, inclusive pelas caixas econômicas federais, são sempre fiscalizados.

2 - "O contrato será submetido a registro no Tribunal de Contas nos termos do art. 77 da Constituição.

Opinamos favoravelmente, em face do art. 77 § 2º da Constituição, muito embora se trate, na espécie, de simples autorização para garantia de empréstimo com fiança pelo Tesouro Nacional.

3 - Outras pequenas modificações foram ali debatidas. Entretanto, tendo a Comissão de Finanças discutido e aprovado projeto semelhante, qual seja o que foi feito para o empréstimo da Light, perante o mesmo Banco Internacional, entendemos que no presente caso aquela proposição deverá servir de padrão. Ninguém há que possa negar a utilidade do empréstimo pleiteado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, visando melhoramentos em serviços públicos, beneficiando diversas cidades de Mato Grosso, Minas e São Paulo.

4 - Somos, ainda, de opinião que sejam excluídas as debentures, porque o empréstimo deverá destinar-se a aquisição de maquinárias, de equipamentos, de materiais, de mão de obra, e não para o resgate de debentures. Acresce que o próprio Banco Internacional poderá recusar-se a fazer o empréstimo, desde que se inclua o resgate em apreço, fugindo assim as normas já estabelecidas em outras oportunidades.

5 - Finalmente, oferecemos ao conhecimento e debate da Comissão de Finanças o substitutivo, que vai em separado, seguindo os termos do projeto já aprovado para o empréstimo da Light.

Sala Antonio Carlos, 7 de dezembro de 1949

Destinado

Israel Pinheiro, Relator

~~Comissão de Finanças~~~~Projeto n. 146/1948~~

Substitutivo

Autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de **dollares** a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - É o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo até o montante de USA \$ 3 000 000,00 (três milhões de dollares) a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, junto ao International Bank for Reconstruction and Development.

§ Único - É o Governo Brasileiro subrogado nas garantias reais e outras que a Companhia Matogrossense de Eletricidade e a Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, deverão prestar ao International Bank for Reconstruction and Development.

Art. 2º - O produto desse empréstimo será destinado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade a cobrir o custo de maquinarias, equipamentos, mão de obra relacionados com a ampliação da capacidade de força e energia elétrica para a execução de serviços de utilidade pública nos municípios de Campo Grande, Aquidauana e Corumbá, em Mato-Grosso, a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade, nos municípios de Cacondé e Tapiratiba, em São Paulo, e nos municípios de Guaxupé, Guaranésia, Muzambinho, Monte-Belo, Nova-Rezende, São Pedro da União, Alpinópolis, Conceição Aparecida e Carmo do Rio-Claro, em Minas Gerais, a cargo da Companhia Geral de Eletricidade.

§ Único - O contrato de empréstimo deverá estabelecer normas sobre a verificação da efetiva aplicação dos fundos obtidos para os fins deste artigo.

Art. 3º - No exercício da autorização contida no artigo 1º, poderá o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda obrigar o Tesou



C21

"2"

ro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, praticar todos os atos julgados necessários ao aludido fim.

Art. 4º - O pagamento do principal e acessórios dos empréstimos será livre de impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais, e os atos inerentes à própria operação de crédito aqui autorizada.

Art. 5º - O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda poderá aceitar quaisquer outras cláusulas e condições habitualmente estabelecidas pelo International Bank for Reconstruction and Development nos contratos de empréstimos feitos com governos estrangeiros participantes do mesmo Banco.

§ Único - O Ministro da Fazenda concederá, ainda, aos serviços do empréstimo os mesmos privilégios concedidos aos serviços dos empréstimos externos federais, estaduais e municipais.

Art. 6º - Será válido o compromisso geral e antecipado de dirimir por arbitramento tôdas as controvérsias que surgirem com relação ao empréstimo.

Art. 7º - O contrato deverá ser registrado "a posteriori" no Tribunal de Contas, na conformidade do parágrafo 2º, item III, do artigo 77 da Constituição Federal.

Art. 8º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Antonio Carlos, 7 de Fevereiro de 1949 1950

Teledo Piza

Presidente

Israel Pinheiro : Relator

Paulo Roberto

George Leite

com restituição

Antônio Martins

Segada Vianna

Shauvbrani



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Com. de Finanças

Substituição Projeto N. 146/48

REDAÇÃO

N.º 181-B — 1948 —

Redação final do Projeto de Lei n.º 181 A, de 1948, que autoriza o Tesouro Nacional a garantir o empréstimo a ser contraído pela Brazilian Traction Light & Power Co. Ltd., de Toronto, Canadá, no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

O Congresso Nacional decreta:

3.000.000
Art. 1.º E' o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo até o montante de US\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares) a ser contraído pela Brazilian Traction, Light & Power Co. Ltd. de Toronto, Canadá, junto ao International Bank for Reconstruction and Development.

2º
Parágrafo único. E' o Governo Brasileiro subrogado nas garantias reais e outras que a ~~Brazilian Traction Light & Power Co. Ltd. de Toronto, Canadá~~, deverão prestar ao International Bank for Reconstruction and Development.

C. IVL E. e p. f. c. f.
Art. 2.º O produto desse empréstimo será destinado pela ~~Brazilian Traction, Light & Power Co. Ltd.~~ a cobrir o custo de maquinarias, equipamentos e materiais e mão de obra relacionados com a ampliação da capacidade de força e energia elétrica ~~e o desenvolvimento dos serviços telefônicos de gás e água em execução pelas suas subsidiárias que operam~~ esses serviços de utilidade pública no Distrito Federal e Estados do Rio, São Paulo e Minas Gerais.

2º
Parágrafo único. O contrato de empréstimo deverá estabelecer normas sobre a verificação da efetiva

aplicação dos fundos obtidos para os fins destes artigo.

Art. 3.º No exercício da autorização contida no artigo 1.º, poderá o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda obrigar o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador de quantia mutuada e seus acessórios, praticar todos os atos julgados necessários ao aludido fim.

Art. 4.º O pagamento do principal e acessórios dos empréstimos será livre de impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais, e os atos inerentes à própria operação de crédito aqui autorizada.

Art. 5.º O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda poderá aceitar quaisquer outras cláusulas e condições habitualmente estabelecidas pelo International Bank for Reconstruction and Development nos contratos de empréstimos feitos com governos estrangeiros participantes do mesmo Banco.

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda concederá, ainda, aos serviços do empréstimo os mesmos privilégios concedidos aos serviços dos empréstimos externos federais, estaduais e municipais.

Art. 6.º Será válido o compromisso geral e antecipado de dirimir por arbitramento todas as controvérsias

que surgirem com relação ao empréstimo.

Art. 7.º O contrato deverá ser registrado *a posteriori* no Tribunal de Contas, na conformidade do parágrafo 2.º, item III, do artigo 77 da Constituição Federal.

Art. 8.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Redação, 19 de julho de 1948. — Manoel Duarte, Presidente. — Luiz Claudio. — Herophilo Azambuja. — Thomás Fontes.

Caixa: 74

Lote: 23

PL N.º 146/1948

32

VENCEDORA A TESE PAULISTA

O sr. Paulo Ribeiro da Luz, secretário de Higiene da Prefeitura, expôs nos seguintes termos os resultados suscitados da reunião, em que ficou vencedora a tese paulista:

"As discussões, a que estiveram presentes além dos representantes das duas grandes entidades rurais paulistas, FARESP e Sociedade Rural Brasileira, participaram da reunião realizada no Rio de Janeiro por convocação do Ministério da Agricultura para o debate do problema da carne.

"A minha impressão é a mais favorável possível. Houve, é verdade, discussão e divergências em diversos aspectos do problema, porém constatou-se uma unanimidade de pontos de vista praticamente absoluta com relação às pretensões dos pecuaristas. As conclusões dessa reunião seriam levadas à presença do sr. presidente da República, cujo pronunciamento ainda hoje deve ser conhecido na capital do país. Lá ficou o diretor do Departamento de Pecuária da FARESP, sr. Rafael de Moura Campos, que se incumbiu de transmitir-nos prontamente a resolução do chefe do governo federal, tão logo ela possa ser divulgada através do Ministério da Agricultura".

COM O PRESIDENTE A ÚLTIMA PALAVRA

— "Tendo-se chegado a tão auspiciosas conclusões, que a todos contentava sem prejuízo para o consumidor, que continuará a pagar a carne pelos preços tabelados, foi dirigida uma ata e seu texto comunicado ao presidente Dutra, que deverá dar a última palavra. Espera-se, por isso, hoje ou amanhã, a aprovação, e teremos assim resolvida uma questão que deu origem a muitos debates e foi solucionada de maneira que em nada afetará o consumidor. A crise que se anunciava encontra-se praticamente resolvida".

«Diário de São Paulo» de 19/3/49.

CONFIANTES OS PECUARISTAS

O sr. Iris Meinberg, presidente da FARESP, interpelado pela reportagem sobre os resultados da referida reunião, informou-nos:

"A minha impressão é a mais favorável possível. Houve, é verdade, discussão e divergências em diversos aspectos do problema, porém constatou-se uma unanimidade de pontos de vista praticamente absoluta com relação às pretensões dos pecuaristas. As conclusões dessa reunião seriam levadas à presença do sr. presidente da República, cujo pronunciamento ainda hoje deve ser conhecido na capital do país. Lá ficou o diretor do Departamento de Pecuária da FARESP, sr. Rafael de Moura Campos, que se incumbiu de transmitir-nos prontamente a resolução do chefe do governo federal, tão logo ela possa ser divulgada através do Ministério da Agricultura".

O sr. Plínio de Castro Prado, secretário-geral da Sociedade Rural Brasileira, também se manifestou confiante dizendo:

"A acolhida que tivemos no Ministério da Agricultura foi simplesmente animadora. Os técnicos oficiais revelaram um conhecimento prático e objetivo do problema, o que nos leva a crer que as nossas pretensões tenham sido compreendidas por eles como a expressão legítima da realidade atual no setor da pecuária de corte. Com efeito, nada mais ambicionamos senão a obtenção de preços para o boi que torne a sua criação e engorda uma atividade capaz de subsistir à presente crise".

A educação na Polónia em 1949

VARSÓVIA /BIP/ O Plano Nacional Polonês para o ano 1949 consagra muito espaço aos problemas de educação e ensino. Durante o corrente ano serão definitivamente liquidadas as falhas na rede de escolas básicas rurais e o número de alunos nesse tipo de escolas eleva-se 3,6 milhões /3,5 % mais do que no ano passado, sendo que as escolas básicas rurais contam com 2,5 milhões de alunos /6,9 % mais do que no ano passado.

As escolas secundárias gerais contam 251.000 alunos isto é 30,6% mais do que em 1948. As escolas técnicas têm 685.200 alunos ou seja 30,5 % mais do que no ano passado. 398.700 jovens estudam nas escolas vocacionais de primeiro grau e 111.700 nas escolas vocacionais de segundo grau. Os cursos vocacionais são frequentados por 295.400 pessoas. As escolas normais são cursadas por 32.000 futuros mestres escolas e os liceus e institutos para professores contam com 3.600 estudantes. Os liceus vocacionais possuem 16.200 estudantes. Para as escolas de tipo superior o plano dá o número

de 79.160 estudantes, isto é 2,1 % a mais do que no ano passado.

Uma vez que as escolas secundárias, os liceus e as universidades são amplamente facultadas aos filhos da operários e camponeses, a rede de internatos está se desenvolvendo consideravelmente e conta hoje com acomodações para 298.000 estudantes.

Os cursos de alfabetização e educação dos adultos abrangem 350.000 pessoas. Os jardins de infância são frequentados por 261.000 crianças.

Dr. Paulo C. Machado ADVOGADO

Consultas e trabalhos forenses
Causas cíveis e criminais
Consultas: Rua 15 de Novembro, 548
Caixa P. 228
Diariamente das 8 às 11 horas

SEMENTES DE GRAMA FORQUILHA

Compra-se qualquer quantidade
Procurar a FARMACIA S. JOSE

Taxas de Luz

A Câmara Municipal, em resposta ao telegrama que foi dirigido à Prefeitura Municipal pelo Diretor do Departamento da Produção Mineral, sobre o momentoso caso da Cia. Matogrossense de Eletricidade dirigido ao Exmo. Sr. Ministro Daniel de Carvalho, nos seguintes termos:

"Câmara Municipal de Campo Grande vem apelar vossencia sentindo não sancionar proposta portaria reajustamento tarifas Companhia Matogrossense Eletricidade encaminhada pelo diretor Departamento Produção Mineral pt Esta Câmara tomou conhecimento telegrama 31 referido diretor dirigiu Prefeito local e ficou estarecida diante termos mesmo despacho demonstram evidente defesa interesses companhia a quem atribue somente vantagens e direitos sem qualquer referência obrigações vg forma unilateral bastante extranha autoridade deveria procurar zelar coletividade pt Confiada naturalmente tais procedimentos vg companhia majorou tarifa partir Janeiro ultimo sem qualquer amparo legal vg levando povo e poderes Municipais recusar pagamento contas aumentadas pt Diante essa atitude bem demonstra vigilância população vg companhia retrocedeu determinando cobrança taxa legal pt Entretanto até momento não consta tenha sido punido ato arbitrário e ilegal cometido contra interesse economia popular pt Invocando diretor DNPM necessidade consumidores acatarem dispositivo expresso Código Aguas vg devida venia discordamos elegação pois ai artigo 180 assegura estabelecimento tarifas razoáveis acordo letra B artigo 178 Código vg igualmente letra A esse artigo e letras A B C e D artigo 179 estabelecem condições companhia não vem cumprindo por inexistir qualquer fiscalização por parte Departamento ou outorga Município para sua execução pt Assim companhia hoje fornece sessenta por cento voltagem necessária consumo domiciliar vg acarretando inúmeros prejuízos economia particular com queima de aparelhos elétricos devido deficiência voltagem pt Não executa qualquer extensão linhas para instalação luz publica vivendo bairros importantes cidade completamente

às escuras pt Quanto fornecimento força situação verdadeiro descalabro pt Virtude deficiência força vg elevadores predios cidade permanecem paralisados durante parte dia mais necessaria seu funcionamento pt Para proceder qualquer ligação força obriga extensão linhas seja feita por conta proprietario que ainda fica sujeito aquisição transformador proprio e sua instalação vg que impede desenvolvimento pequenas industrias cujos proprietários não podem cumprir essa exigencia pt Referência tarifas razoáveis por parte Campo Grande assegura ramos vocessencia esta cidade contribue percentagem acima da legal vg entretanto, englobando companhia sua escrita também municípios Aquidauana e Corumbá vg estes fornecendo energia termica que encarece custe vg companhia julga direito aumento vem querer impor população local injusto pagamento para cobertura eventuais prejuizos de correntes outros municípios pt

Excursão Udenista a Bela Visia

(Conclusão do num. anterior)

Repetimos, hoje, o que outrora aconteceu.

Basta que se rasgue as cortinas do cenário político nacional, para encontrarmos, na sua história, esse espetáculo tantas vezes repetido, incompreendido, mas compreensível, para quem conhece os males da nossa política presidencialista, no observar, com tristeza, desde a célula municipal até o organismo estatal, que as personalidades fortes, pela sua cultura, pelo seu talento e pelo seu valor moral, são sempre eliminadas pelos antagonistas de qualidades menores.

Na biografia brasileira, encontramos dois exemplos simbólicos, em duas mentalidades fascinadoras de homem público.

Na primeira República, Rui, a agulha de Hais, o maior gênio que a Patria concebeu, a mais preciosa joia com que a Bahia já presenteou ao Brasil, jurista, político, humanista, conselheiro do Imperio, ministro da fazenda do gover-

Escritor Alvaro Lins e a Campanha de Educação de Adultos

O escritor Alvaro Lins, respondendo à recente "enquete" sobre a importância da Campanha de Alfabetização e Educação de Adultos relativamente à literatura nacional, disse:

O problema da Literatura é o problema da leitura. De maneira que, a influência da Campanha Nacional de Educação de Adultos só pode ser a mais benéfica, de vez que, ampliará esse círculo de brasileiros que têm um movimento meritório.

Sendo assunto vital interesse esta Câmara confia vocessencia determine seja encaminhada proposta para devolução estudo uma vez desconhecendo alegações companhia e possa oferecer completos esclarecimentos servirá despacho com inteira justiça pt

Atenciosas Saudações

a) Artur de Vasconcelos Dias
Presidente em Exercício

no provisorio, deputado federal e senador da republica, durante varios lustros, cuja vida por si só bastava para encerrar um programa para o Brasil, se viu derrotado na sua candidatura à Presidência da Nação.

Na republica contemporanea, Eduardo Gomes, um dos 18 do forte, heroi de Copacabana, em 22' defensor da ordem democratica na Villa Militar, em 25, interprete arrojado na hora da reação, do anseio irreprimivel do povo brasileiro, em 45, grande figura de soldado e de cidadão, simbolo de caráter e de virtudes moraes, foi, também, preterido na sua candidatura à Presidência do Brasil.

Senhores. Perseveremos, contudo, no nosso ideal democratico, seguindo, sempre, pelo exemplo e pela constancia, o programa salutar da União Democratica Nacional pela regeneração dos costumes políticos, pela escolha de valores moraes e culturais, na seleção eleitoral, dos orientadores do povo brasileiro.

Este será o programa do nosso novo direto, procurando, sempre, solução condigna para as problemas sociais e politicos que nos afligirem, dentro da sã politica da razão, da moral, da ordem, da justiça e da liberdade.

Dr. Luiz da Costa Gomes ADVOGADO

Accepta causas nas comarcas vizinhas.
Red. do "O Progressista."

Dr. Antonio Elias Makaron Cirurgião - Dentista

PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Clínica — Cirurgia Bucal — Dentaduras Anatómicas — Pontes Fixas — Pontes Móveis — Doenças da Gengivas — Correções Ortodônticas — Especialista em tratamento de Doenças das Gengivas e em Correções de malposições dentárias (Ortodontia) — Rolo X.

Hora Marcada — Consultas: — Das 8 às 11 e das 14 às 18 horas.

Cons. Rua 14 de Julho, 772 — Edifício Santa Rita — 2º andar, Salas 201 / 203

Res. R. 14 de Julho, 1100

CAMPO — GRANDE

MATO — GROSSO

Lei n. 53, de 27 de Dezembro de 1948

Instituto o Código dos Tributos Municipais
(Continuação)

Art. 140 — Nos casos de substituição por tipo de calçamento mais perfeito ou custoso, a taxa será calculada tomando-se por base a diferença entre o custo do calçamento novo e o da parte correspondente ao antigo, já pago.

§ Único — Nos casos de substituição por material de alargamento das ruas ou logradouros, a taxa será calculada tomando-se por base toda a diferença do custo entre os dois calçamentos.

Art. 141 — O contribuinte que fizer o pagamento integral, de uma só vez da quota que lhe couber, gozará do abatimento de dez por cento (10%) sobre a importância da mesma.

TÍTULO XII

DA RENDA IMOBILIÁRIA

Capítulo I

DA CONSTITUIÇÃO DA RENDA

Art. 142 — A renda imobiliária será constituída:

- a) — Pelo fôro anual dos terrenos em enfiteuse;
- b) — Pela prestação inicial do aforamento;
- c) — Pelo Laudêmio das transmissões dos imóveis foreiros por ato inter-vivos.

Capítulo II

SECÇÃO PRIMEIRA

DO FORO ANUAL

DA INCIDÊNCIA

Art. 143 — Todos os terrenos de propriedade do Município só se desmembrarão do seu patrimônio, mediante aforamento, ou, excepcionalmente, na forma que a lei determinar.

Art. 144 — O fôro anual será pago até o mez de Junho, juntamente com o Imposto Predial.

Art. 145 — O fôro será cobrado de acordo com a tabela «J», anexa a este Código.

SECÇÃO SEGUNDA

DAS ISENÇÕES

Art. 146 — Estão isentos do fôro os terrenos da União, do Estado, das instituições de assistência social e aqueles que a lei determinar.

Capítulo III

DO AFORAMENTO

Art. 147 — Os terrenos do patrimônio serão aforados mediante requerimento dos interessados, desde que não sejam considerados de utilidade para o município.

Art. 148 — O requerimento será publicado por meio de edital na imprensa, e si dentro do prazo de 30 dias da sua publicação não houver protesto ou impugnação, será expedido título provisório de aforamento.

Art. 149 — Fica estabelecido o prazo de 60 dias para a retirada do título provisório por parte do requerente, a contar da data da publicação do edital, quer se trate de terreno urbano, quer de terreno suburbano, da sede do Município ou dos distritos, findo o qual se considerará extinto o requerimento e o interessado demitido de qualquer direito sobre o lote requerido.

Art. 150 — O título provisório será substituído pelo definitivo, desde que em sua área seja feita construção, quando se tratar de terreno urbano ou beneficiamento, quando se tratar de terreno suburbano.

§ Único — Considera-se beneficiamento a cercas plantação, drenagem de brejos ou qualquer trabalho que importe em adaptação de terrenos incultos à lavoura ou à criação.

Art. 151 — Do título constarão a área, confrontações, características, número do lote na planta e condições de aforamento.

Art. 152 — Si dentro do prazo de um ano, a contar da data da expedição do título provisório, não se realizar a construção ou beneficiamento do lote, ficará sem efeito o aforamento, independentemente de notificação ao foreiro.

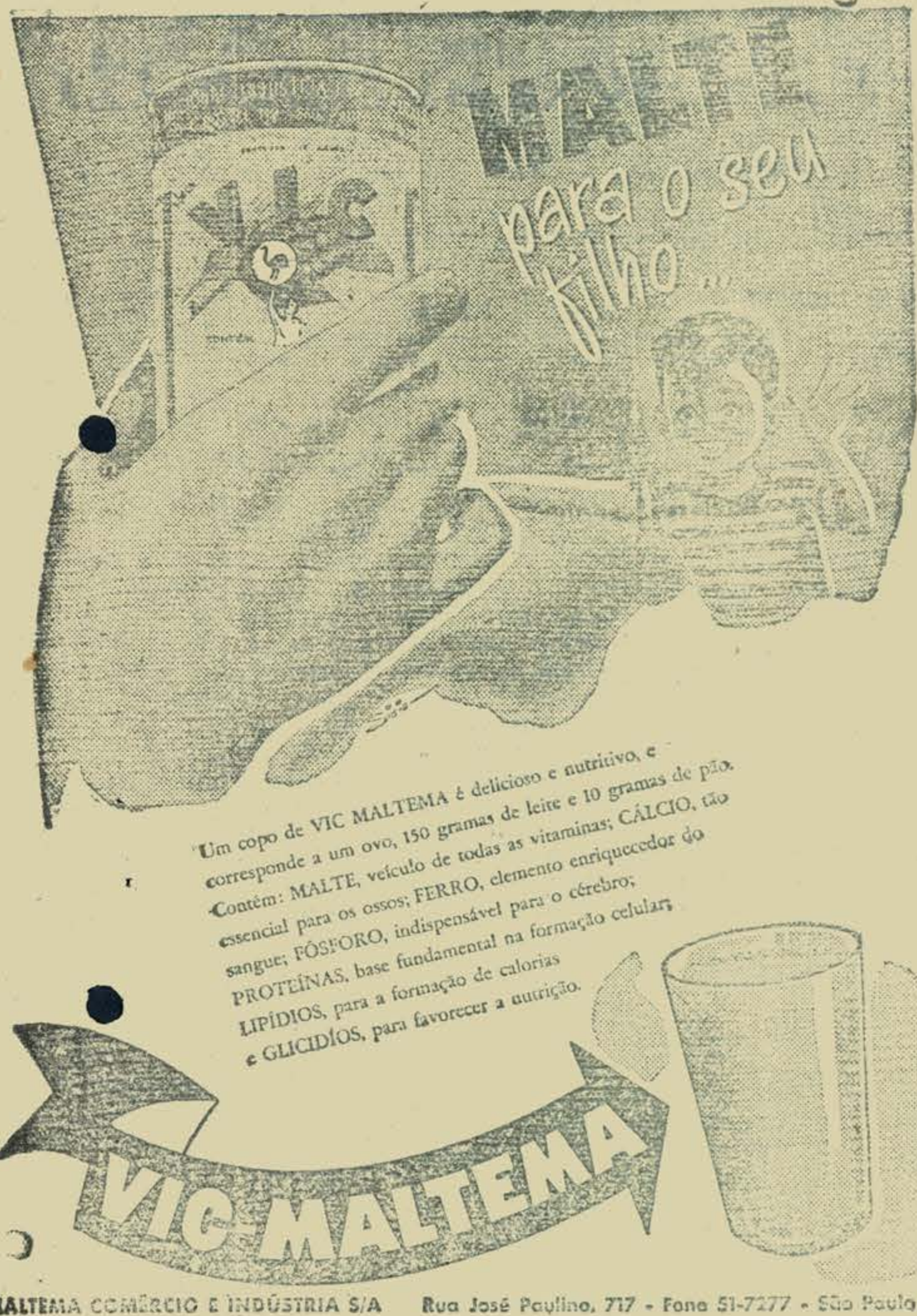
Art. 153 — Os excessos de área encontrados dentro do perímetro dos lotes urbanos ou suburbanos, serão aforados de preferência ao foreiro atual, pelo preço vigente ao tempo da expedição do novo título para a taxa do laudêmio.

§ Único — Quando o excesso se encontrar entre dois lotes de proprietários diversos, o seu aforamento será deferido àquele que dele tiver maior necessidade ou a ambos, a juízo do Prefeito.

Art. 154 — Os terrenos que por qualquer título reverterem ao patrimônio do Município poderão ser novamente aforados, sendo o preço da nova concessão acrescido das despesas verificadas com a reversão.

Art. 155 — Os terrenos de cemitérios poderão ser aforados perpétua ou temporariamente.

Art. 156 — O aforamento será cobrado de acordo com as especificações constantes da tabela «J», anexa a este Código.



WALTE
para o seu
filho...

Um copo de VIC MALTEMA é delicioso e nutritivo, e corresponde a um ovo, 150 gramas de leite e 10 gramas de pão. Contém: MALTE, veículo de todas as vitaminas; CÁLCIO, tão essencial para os ossos; FERRO, elemento enriquecedor do sangue; FÓSFORO, indispensável para o cérebro; PROTEÍNAS, base fundamental na formação celular; LÍPIDIOS, para a formação de calorías e GLICÍDIOS, para favorecer a nutrição.

VIC-MALTEMA

MALTEMA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A Rua José Paulino, 717 - Fone 51-7277 - São Paulo

Capítulo IV DO LAUDÊMIO SECÇÃO PRIMEIRA DA INCIDÊNCIA

Art. 157 — O Laudêmio — que é a compensação de renúncia à opção do senhorio direto — é devido toda vez que se efetue a transmissão do domínio útil de imóveis infiteuticos, por atos onerosos inter-vivos, seja qual for a forma do contrato.

Art. 158 — Estão sujeitos a Laudêmio todos os terrenos foreiros do patrimônio municipal das sedes da cidade ou dos distritos e os que lhe forem incorporados por contrato ou por lei.

Art. 159 — O Laudêmio será arrecadado de acordo com as especificações constantes da tabela «J», anexa a este Código.

SECÇÃO SEGUNDA DAS ISENÇÕES

Art. 160 — Estão isentos de Laudêmio:

- a) — Os atos translativos de imóveis em que a União, o Estado ou Município figure como adquirente ou transmitente;

- b) — Os atos de desapropriação por conta da União, Estado ou do Município;

- c) — A partilha dos bens entre sócios, dissolvida a sociedade, quando o imóvel for atribuído àquele que com ele tenha entrado para a formação da sociedade;

- d) — As aquisições feitas por estabelecimentos de caridade, de instrução, bibliotecas, casas de saúde ou sociedades beneficentes, esportivas e associações de classe, a juízo do Prefeito;

- e) — Os atos que gozarem de isenção por lei especial.

TÍTULO XIII DA RENDA DOS CAPITAIS Capítulo Único

DOS JUROS DE DEPOSITOS

Art. 161 — A renda de Capitais será produzida pelos juros pagos pelos estabelecimentos de crédito à PREFEITURA, relativamente ao depósito que ela fizer da sua arrecadação.

Art. 162 — Toda a receita arrecadada será depositada diariamente no Banco que o Prefeito determinar, não podendo o Tesoureiro conservar em seu poder, no cofre municipal, mais do que a quantia de Cr\$ 5.000,00

(Continua)

Alvará de Licença n. 21

Área: 74.655 m² — Cr\$ 186,60

Por este alvará de licença é permitido ao Sr. Antonio Mattoso, mandar construir uma casa residencial em seu lote n. 52, da rua Antonio Maria Coelho, n.º cidade, de acordo com seu requerimento protocolado sob n.º 429/49 e aprovação da Diretoria de Obras e Serviços.

Campo Grande, 16 de Março de 1949

Fernando Corrêa da Costa — Prefeito

União Democrática Nacional

Alistamento Eleitoral

O diretório local da UDN convida a todos os cidadãos alistáveis a se capacitarem para o exercício do voto.

O título do eleitor é, nas democracias, a arma de combate pelos ideais da pátria, pelo bem estar do povo.

Na sede da UDN, à rua 13 de Maio, (junto à Igreja Batista) dão-se os esclarecimentos necessários, a respeito.

«O PROGRESSISTA»

Impressa em oficinas próprias

Fundado em 1933

Registrado no D. I. P.

Diretor - Gerente

Dr. Luiz da Costa Gomes

Assinaturas

Ano	Cr\$ 60,00
6 meses	Cr\$ 35,00
Exterior	Cr\$ 100,00

número avulso

no dia	Cr\$ 0,50
Atrazado	Cr\$ 1,00

Anúncios e ineditoriais

Preços conforme tabela

A Redação não é responsável pelos conceitos expressos em artigos assinados.

Para que possamos organizar a vida do país, em bases democráticas, será preciso dar ao povo saúde e educação, condições de vida que, aliás, só podem existir conjugadas. E não bastará o trabalho com as crianças em idade escolar, que só produzirá no futuro. Será preciso tentar a recuperação da grande massa da população brasileira, ainda desprovida de instrução.

Juízo de Direito da Comarca de Campo-Grande
Estado de Mato-Grosso
Primeira Vara

Edital de Citação

O Dr. Flavio Varejão Congro, Juiz de Direito da Primeira Vara da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato-Grosso, na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, lha foi dirigida a petição do teor seguinte:

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª. Vara. Diz a Prefeitura Municipal de Campo Grande, por seu advogado e procurador abaixo assinado, que em 23 de junho de 1934, concedeu por aforamento perpetuo ao senhor JOSÉ SANDER, de nacionalidade e profissão ignoradas, já falecido, o lote n. 35, da Colonia Velha de Terenos, com a área de 32 hectares e 3.760 metros quadrados, como consta da certidão anexa. Tendo o foreiro, bem como os seus herdeiros, deixado de satisfazer, por mais de tres annos consecutivos, as pensões devidas, como faz crer o documento incluso, quer a requerente, de acordo com o disposto no art. 692, II do Código Civil Brasileiro, ver declarado o comisso, para que se restaure o dominio pleno sobre o referido imóvel. Isto posto, requer a V. Excia. se digna mandar citar por editais os herdeiros do mencionado José Sander, caso existam herdeiros, para virem acompanhar a presente ação em todos os seus termos, em virtude da qual seja a enfiteuse declarada extinta pelo comisso, revertendo a Autora o dominio pleno do lote.

Dando á presente ação o valor de cr.\$ 791,70 e juntando a esta uma certidão de dívida e uma procuração. Pede e espera deferimento. Campo-Grande 19 de fevereiro de 1949.

(a) Wilson Loureiro de Oliveira Procurador da Prefeitura. DESPACHOS: Na petição supra foi proferido o despacho seguinte: D. A. R., paga a taxa minima, e, feito o deposito regulamentar, á conclusão. Campo-Grande, 21/2/49 (a) Flavio Varejão Congro.

2º) - A folha 5 verso dos autos, foi exarado o despacho seguinte: Expeçam-se editais citatórios dos herdeiros de José Sander, pelo prazo de 30 dias, com publicação e afixação, na forma da lei.

Prefeitura Municipal de Campo Grande

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO AO PUBLICO

A Prefeitura Municipal avisa que as contas de luz e energia, relativas ao mês de Fevereiro, estão sendo apresentadas pela Cia. Matogrossense de Eletricidade com o aumento proposto, obrigando-se, entretanto, a Cia. a efetuar a cobrança na base das tarifas legais.

Wilson B. Martins
Secretário

Edital de Concorrência N. 12 Aquisição de Hidrômetros

Torno público, de ordem do Sr. Prefeito, para conhecimento dos interessados, que no dia 30 de Abril próximo vindouro, ás 10 horas, na Secretaria da Prefeitura serão recebidas propostas para o fornecimento de:

- a) — 500 hidrômetros de 5/8"
- b) — 50 hidrômetros de 1"

CONDIÇÕES:

- 1 — Os hidrômetros deverão ser volumétricos de embolo rotativo equilibrado ou disco oscilante e quadrante seco;
 - 2 — Os hidrômetros deverão vir acompanhados das respectivas conexões para adaptação a ramais de 3/4";
 - 3 — O mostrador deve ser de preferéncia do tipo totalizador;
 - 4 — O mostrador deve permitir a leitura máxima de 1.000.000 de litros;
 - 5 — As tampas dos hidrômetros deverão vir, de preferéncia com as iniciais SAE estampadas;
 - 6 — As propostas deverão:
 - a) — Ser apresentadas em envelopes fechados;
 - b) — Ser datadas e assinadas com as firmas reconhecidas;
 - c) — Conter a indicação, em algarismo e por extenso, dos preços propostos, por unidade e em moeda nacional ou dolares, bem como o do prazo da validade dos preços das peças substituíveis indicadas em listas que deverão acompanhar as propostas;
 - d) — Conter a indicação do prazo do fornecimento, prazo esse que somente poderá ser prorrogado por motivo de força maior;
 - e) — Reserva-se a Prefeitura o direito de escolher a proposta que mais convier aos seus interesses.
- Secretaria da Prefeitura Municipal de Campo Grande, 30 de Março de 1949.

Wilson B. Martins
Secretário Geral

Campo Grande, 17/3/49.

(a) Flavio Varejão Congro. Estando os herdeiros de José Sander, em lugar incerto e não sabido, mandou passar o presente edital com o prazo de trinta dias, pelo qual os chama, cita e requer para comparecerem neste Juízo e acompanharem a presente ação em todos os seus termos até final sentença, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou passar o presente que será afixado e publicado de acordo com a lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, aos deztois dias do mês de Março de mil novecentos e quarenta e nove.

Eu, Ulysses Serra, Escrivão do 5º Offício, o subscrevo.
Dr. Flavio Varejão Congro
Juiz de Direito

DR. HUMBERTO NEDER ADVOGADO

Causas civis, comerciais, criminaes e trabalhistas

Edifício Sta. Elisa — 1º andar Sala 104

R. 14 de Julho, 772 — Campo Grande, Mt.

A festa dos antepassados

PARIS — (S.F.I.) — Um craneo descoberto há doze annos em Fontéchevade foi reconhecido como sendo de ha 150.000 annos atrás.

Apresenta um frontal reto e indícios anatômicos de capacidade mental desenvolvida. Assim, aquele habitante ultra pre-histórico da terra francesa seria o "homo sapiens" mais remoto, e no entanto o mais próximo do homem atual.

Essa descoberta é de molde a modificar seriamente os dados atuais da pre-história.

TIPOGRAFIA TAMOIO

— DE —

Dauto Santiago & Cia.

Executa com perfeição e rapidez todo e qualquer trabalho concernente á arte gráfica em uma ou mais cores

Rua 13 de Maio n. 645
Campo Grande - Mt.

Escritorio de Contabilidade á Venda

Vende-se um bem aparelhado escritorio de contabilidade, que tem a seu cargo 60 escritas, entre mercantis e fidejais.

Dispõe de máquina de escrever e de somar.

Bôa renda, fixa e eventual. O único escritorio, no genero, na praça. Ótímadamente localizado.

Tratar, pessoalmente ou por carta, com SEJOPOLES Escritorio de contabilidade em geral - TRES LAGOAS - Caixa postal 34.

Anunciem no
«O Progressista»

Juizo de Direito da Comarca de Campo Grande Estado de Mato Grosso

Primeira Vara

Edital de Praça

O Dr. Flavio Varejão Congro, Juiz de Direito da Primeira Vara da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital de praça virem ou dele conhecimento tiverem, que no próximo dia 23 (vinte e tres) de abril, ás 10 (dez) horas, na porta principal do Edifício do Forum, o porteliro dos auditórios trará a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der e maior lance oferecer acima da avaliação que é de cr\$ 68.000,00, o imóvel abaixo descrito, pertencente ao Dr. Joaquim Theodoro de Faria e penhorado na ação executiva que lha é movida pela firma Barros & Cia: Um lote de terreno situado na rua 7 de setembro, esquina da Avenida Cológeras, nesta cidade, medindo 20 mt. de frente para a rua 7 de setembro por 43 ditos da frentes aos fundos, esquina da Avenida Cológeras até rua 28 de Agosto, cercado de muro em 3 faces, com um barracão coberto de telhas francesas, medindo 15 mt. de comprimento por 8 ditos de largura, aberto por todos os lados, servindo para depósito de madeira.

E para que chegue ao conhecimento de todos que o queiram arrematar, mandou passar o presente edital que será publicado e afixado de acordo com a lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, aos cinco dias do mês de março do ano de mil novecentos e quarenta e nove.

Eu, Ulysses Serra, Escrivão do 5º Offício, o subscrevo.
Dr. Flavio Varejão Congro
Juiz de Direito

Confere com o original lha via dividamente selada

INTERNACIONAL HOTEL

— DE —

SEBASTIÃO VENENO

Rua Barão do Rio Branco, 171

Cosinha de primeira ordem

Otimos aposentos dirigido pelo seu Proprietario

CAMPO GRANDE

MATO GROSSO

18º Batalhão da Caça-dores Convocação de Credores

O Comando do 18º Batalhão de Caçadores convoca todos quantos se julgarem credores desta Unidade, a apresentarem suas contas na Tesouraria do Batalhão, para conferéncia e imediato pagamento dentro do prazo de 8 (oito) dias, a contar da presente data, onde serão acaudados diariamente das 6,30 ás 17,00 horas.

(a) Edgard de Albuquerque Maranhão
Major Comandante

Hoje - Empresa Cine-Teatral Campograndense - Hoje

ALHAMBRA ás 7,45 — RIALTO ás 7,15 — SANTA HELENA ás 8,15 horas

Exatante história de um criminoso e da sua aventura com a mulher amada.

Renegeração

E a história de uma mulher que regenerou um bandido e conquistou-lhe o coração! Desempenho notavel de — JOHN GARFIELD e GERALDINE FITZGERALD.

junto: Complemento Nacional e o seriado: «CHAVE METRA»

A M A N H Ã — Nos Três Cinemas.

«FARRAPO HUMANO»

JANE WYMAN

RAY MILLAND

"A VENCEDORA"

MATRIZ
RUA 13 DE MAIO, 1945
Caixa Postal, 3
(Fone 60)
Telo: grama VENCEDORA
Campo Grande
Mato Grosso

IDE SAUEIA & CIA.

COMERCIANTES, INDUSTRIAIS E EXPORTADORES

Os maiores comerciantes do Estado de: — Cães, vacas, peles silvestres, crina animal e demais produtos regionais, pagando a vista os melhores preços do mercado. Fabricantes de Calçados e Arnelhos de Couros em geral. Transporte Rodoviário a qualquer localidade do Estado

Filial
Rua São Bento, 480
1.º Andar — Sala 102
Caixa Postal, 5.608
Telo: fone 3-4238
grama GOUROSID
São Paulo

MIGUEIS & CIA. LTDA.

Empresa de Navegação Fluvial

Corumbá — Mato Grosso

Fundada em 1925 — Capital em Mov.: Cr. \$ 12.000.000,00

Escritório à rua Manoel Cavassa n.º 301 — Caixa Postal n.º 6
Armazens: RUA MANOEL CAVASSA N.º 571/3 — END. TELEGRÁFICO —
MIGUEIS — Agências em CUIABÁ, PORTO ESPERANÇA e PORTO MURTINHO

Embarcações de propriedade da Empresa

VAPORES	LANCHAS A VAPOR	LANCHAS A MOTOR
Fernandes Vieira Guaporé Cacores	Jorio Ligaria Rio Culabá Rio Taquary Ipiranga	Rio Mito Aurora Argos Batista das Neves Lagado Poxoreu
N/MOTOR Cidade de Corumbá		

— CHATAS —

Presidente Vargas	Aquiriel	Aquidaban	Ceará
Cante. Alvim Xingú Mondogo São Lourenço Berranco	Corumbá Ipanema Nhecolândia Bomfim Matos — I	Desseivadas Luzitania Paraná Itapeva Liberdade	Itaguá Jemerita Santa Luzia Tucum Fonão ARICA

Serviço de navegação em combinação com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Transporte de cargas e passageiros para todos os portos do Estado

FALTA LUZ?

EXAMINE LOGO OS FUZIVELIS

E' FACIL — Para verificar se ha fuzivels quatuorlos e ta desligar a chave geral e substituir os fuzivels existentes por outros iguais, que o consumidor sempre deve ter disponíveis, e ligar a chave novamente. Se após a substituição dos fuzivels ainda não tiver luz

AVISE a Companhia dando seu endereço de modo claro e

AGUARDE — Tenha em mente que a Companhia invariavelmente emprega todos os esforços para atender com presteza aos seus consumidores, e que somente motivos de força maior ou imprevisíveis, podem retardar a pronta normalização do funcionamento de energia elétrica a sua residência.

Não esqueça que o serviço da Companhia limita-se à substituição do fuzivel defeituoso da caixa mufa e que somente um electricista particular, removerá os defeitos da sua instalação interna.

Cia. Matogrossense de Eletricidade

Auto-transporte Sobral

CONFORTO E RAPIDEZ

Para todas as linhas da cidade, com horário regular e exato.

POSTO SOBRAL

Limpeza de autos, gasolina, pneus, camaras de ar, peças de toda especie, acessórios.

RUA GENERAL RONDON
CAMPO GRANDE

FERRAGENS DIVERSAS — PRODUTOS VETERINARIOS EM GERAL — SEMENTES DE CAPIM — Rádios, Pilha, Antenas e outros artigos elétricos. — ARAMES — SAL — ALFAFA — ENGENHOS — DESNATADEIRAS E BATEDEIRAS, etc
Soc. Com. S. Paulo - M. Grosso
C. Grande: R. Candido Mariano, 811
Aragatuba: R. Carlos Gomes, 86.
S. Paulo: R. S. Bento, 481 - 2.º andar
— Sala 11 —
Telegramas para "KADEZ"

SANGUENOL

CONTEM

Gite elementos tóxicos:

Arseniato, Vanadato

Fósforo, cálcio, etc.

Tônico do cérebro

Tônico dos músculos

Os Pálidos, Depauperados, Esgotados, Anêmicos, Mãos que criam, Magros, Crianças raquíticas, receberão a tonificação geral do organismo com o

SANGUENOL

A Campanha Nacional de Educação de Adultos é apoiada no povo e organizada para o bem do povo. Trata-se de um movimento nacional, destinado a obter os melhores resultados ligados aos mais cruciantes problemas, alimentada no melhor espírito de patriotismo.

ESTEVAO & TURSTEIN INDUSTRIAIS

Avisa à sua distinta freguezia, que com a completa remodelação de suas oficinas, instalaram em suexo, uma seção com completo sortimento de ferragens em geral, acessórios e peças de automóveis de todas as marcas.

Carpintaria, ferraria, fabrica de veículo
OFICINAS: em geral, fabrica de barris, seção mecânica, solda elétrica e autogênica.

Com completo sortimento de ferragens em geral, peças e acessórios para automóveis.
SEÇÃO DE COMERCIO:

Rua 15 de Novembro n. 59 — Caixa Postal n. 95
Campo Grande — Est. de Mato Grosso.

HOTEL CENTRAL

— DE —
Vieira, Girão Ltda.

Dirigida pelos proprietários — em frente ao Jardim da PRAÇA DA LIBERDADE.

Completamente reformado — Ótimas cômodas para famílias e viajantes — Preços módicos.

Caixa Postal, 12 — Fone, 23 —
PRAÇA DA LIBERDADE

Campo-Grande

Mato-Grosso

Representantes

Precisa-se em todas as cidades do Brasil, Elementos ativos trabalhadores podendo auferir lucros superiores Cr\$ 5.000,00 por mês, mesmo tendo outras ocupações. Cartas urgentes para "Produtos Alimentícios Marajó" à rua Rio Espora, 323 — Belo Horizonte.

REPRESENTANTES VIAJANTES

Grande Fabrica de Folhinhas procura vendedores ativos em todas as zonas. Mostruário com 100 modelos diferentes

OTIMA COMISSÃO E ADEANTAMENTO

SOLICITE INFORMAÇÕES AGORA MESMO A Fabrica
São Paulo
Caixa Postal — 5.399

Vasquez & Cia. Ltda.

Depositarários de Matutaria Publica do
Campo Grande

PROPRIETARIOS DO CORTUME VASQUEZ: tem sempre em «stock» sola seica e engraxada, vaqueta ou cromo raspa etc.

Compram couros vacuns, pelos silvestres crina animal pagando os melhores preços da praça.

Deposito permanente de alfamação tal nacional no MOSSORO — C. Postal, n. 5 — End. telegr. «Faque»

Rua Anhanduby n. 411 — CAMPO GRANDE

Lutar pela extinção do analfabetismo no Brasil significa lutar pelo aumento de nossa produção. E' lutar contra a miséria.

A COMPANHIA MATOGROSSENSE DE ELETRICIDADE AO PÚBLICO.-

O Departamento Nacional de Produção Mineral, fez publicar no Diário Oficial da União de 27 de Outubro último à fls. nº 15604, o aviso às Prefeituras de Corumbá e Campo Grande, marcando o prazo de trinta dias para exame das novas tarifas da Cia. Matogrossense de Eletricidade.

A receita produzida pelas tarifas de 1932, além de insuficiente, foi, continuamente, onerada com novos encargos, tais como: Taxa de Kw, Decreto-lei 24673, de 11 de Julho de 1934; Imposto Sindical, Decreto-lei 1042, de 5 de Julho de 1939; Caixa de Aposentadoria e Pensões, Decreto-lei 7835, de 6 de Agosto de 1945; Senai, Decreto-lei 4048, de 22 de Janeiro de 1942 e 6246 de 5 de Fevereiro de 1944; L.B.A., Decreto-lei 4830, de 15 de Outubro de 1942; Sesi, Decreto-lei 9403, de 25 de Julho de 1946.

Além dessa série, ocorreu ainda: aumento no Imposto de Renda; obrigatoriedade do seguro de acidentes do trabalho, Decreto-lei 85, de 14 de Março de 1935, com desarrazoada sobre-taxa para o interior do país; seguro contra riscos de raios; e o recolhimento ao Banco do Brasil dos depósitos em caução, Decreto-lei 3077, de 26 de Fevereiro de 1941.

Como se isso tudo não bastasse, o encarecimento de todas as comodidades determinou a elevação dos salários, que apenas parcialmente ficou atendida pela taxa de 10%, cobrada de conformidade com o Decreto-lei 7.524, de 5 de Maio de 1945.

Sómente para atender a elevação dos salários, a Light, além desses 10%, já obteve outro aumento de 6 1/2% e agora acaba de conseguir um novo acréscimo de 10% nos preços de luz e de 12 1/2% nos de força.

O atraso no pagamento das contas de fornecimento de energia elétrica aos Governos Estadual e Municipais, acarretaram, também, pesados onus à Companhia, sobretudo em Corumbá e Aquidauana, onde o serviço é feito com motores diesel e as tarifas, são insuficientes até para cobrir as despesas.

Ainda em 27 de Dezembro último, respondendo uma interpeção da D.Ag., afirmávamos: " Esta Companhia não dispõe de meios para continuar a suprir de óleo diesel suas máquinas em Corumbá,

com tarifas insuficientes e sem receber as suas contas de fornecimento, e por isso, continua aguardando, ainda para este ano, as novas tarifas, pedidas em 9 de Setembro de 1947."

Até esta data, nenhum pagamento foi recebido dos fornecimentos que desde 1932 vimos fazendo aos próprios do Estado. O atual ilustre Governador, em 9 de Novembro de 1948, baixou o Decreto nº 172, mandando pagá-los, pondo assim termo a essa estranha situação.

Tudo isso concorreu para o decréscimo do rendimento da Companhia, o qual, progressivamente, tem diminuído, sendo de 5,7% o relativo a 1948, apesar do contrato assegurar revisão tarifária de 3 em 3 anos e a remuneração de 10% ao capital investido, nos termos do Decreto-lei nº 3.128, de 19 de Março de 1941 e de acordo com o Art. 151 da Constituição Federal vigente.

O aumento de tarifas requerido por esta Companhia em Setembro de 1947, visa, também, facilitar-lhe meios para a obtenção de recursos para as obras que julga indispensáveis, a fim de assegurar amplo suprimento de energia elétrica à zona que serve.

Em Março de 1948 foi apresentado ao Congresso Federal o projeto nº 146-48, que autoriza o Governo Federal a afiançar um empréstimo de dois milhões de dólares, destinados às ampliações projetadas em Campo Grande, Corumbá e Aquidauana.

Esse projeto ainda se encontra na Comissão de Justiça, aguardando informações solicitadas ao Diretor da D.Ag., em Outubro p.p., pelo ofício nº D.Ag. 3533.

Tem esta Companhia pois, tomado em tempo, todas as providências para dar cabal desempenho às obrigações assumidas no contrato de 11 de Julho de 1944 com o Ministério da Agricultura e relativas aos serviços nas regiões de sua concessão.

Não é vendendo o Kwh. a Cr.\$0,60, com energia produzida com combustível a Cr.\$2,00 por Kg. e que consome 400 grms. por Kwh., que conseguiremos recursos para aumentar nossas instalações. Como captar energia no rio Pardo, com linhas de 125 Klm. de extensão, com material de Cr.\$20.000,00 por tonelada e com tarifas elaboradas quando tal preço era inferior a Cr.\$5.000,00 ?

Se as Municipalidades ou o Estado, podem proporcionar energia elétrica nas condições vigorantes até agora, por dispor da faculdade de lançar impostos, então devem exercer o direito de encampação, que lhes é assegurado na cláusula décima do contrato acima referido.

Em atenção ao público em geral, ao qual sempre procuramos prestar serviço eficiente, e às autoridades, vimos prestar êstes esclarecimentos, certos de que serão, devidamente, compreendidos.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

TELEGRAMA

NÚMERO
DE
EXPEDICÃO

CARIMBO DA ESTAÇÃO

INDICAÇÕES DE SERVIÇO
TAXADAS E ENDEREÇO

Recebido: 11.000

De
às 09:30 horas
por *Luiz*

DEPT DOLOR DE ANDRADE AV ATL 194

= APT 31 RIO =

PREÂMBULO:

= 99 DE CORUJA T 779 NIL 13 17 =

O preâmbulo contém as seguintes indicações de serviço: espécie do telegrama, estação de origem, número do telegrama, número de palavras, data e hora da apresentação.

HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER. COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

= COMPANHIA ELETRICIDADE ACABA INFORMAR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL
QUE TABELA AUMENTADA FOI AUTORIZADA CONSELHO AGUA E ENERGIA A
TULO PRECARIO E DE EXPERIENCIA VG O QUE INFORMO ILUSTRE AMIGO
SOLICITANDO COOPERACAO FAVOR NOSSOS MUNICIPIOS CONSEGUINDO SEJA
MESMA SUSTADA IMEDIATAMENTE ATE NOVO ESTUDO BASEADO RENDA ANO
PASSADO TELEGRAMA CONCESSIONARIA = REFERIDO ACEITA CONDICA
ESTUDO REVISAO FINAL DITA TABELA SDS ELPIDIO ESTEVES CUNHA PRFT.

TEXTO E ASSINATURA

SUBSTITUTO = = = =

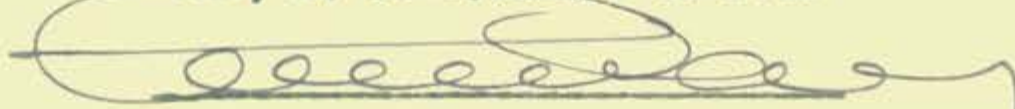


Comissão de Constituição e Justiça

Sr. Presidente

Requeiro seja feito um pedido de informações ao Poder Executivo - (Conselho de Eletricidade e Departamento de Aguas e Energia - Ministério da Agricultura) - sobre dados que dispõe relativamente à Companhia Matogrossense de Eletricidade e Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de S. Paulo, afim de melhores esclarecimentos obter para opinar em torno deste Projeto, *no. 146/48*.

Rio, 22 de Setembro de 1948


Gilberto Valente - Relator -

*Deferido.
92.9-948*

[Assinatura manuscrita]



Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1948.

Of. 40/48

Senhor Presidente:

Em virtude de requerimento do deputado Gilberto Valente, relator do projeto nº 146/48, que autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dólares a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, como sede na capital de São Paulo, tenho a honra de solicitar as necessárias providências de V. Exa. no sentido de que seja ouvido o Conselho de Eletricidade e Departamento de Águas e Energia, por intermédio do Ministério da Agricultura, a fim de obter informações que habilitem o relator a fundamentar o seu parecer. Vai anexo um avulso do projeto.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

A Sua Excelência o sr. deputado Samuel Duarte
Presidente da Câmara dos Deputados.

*Comissão de Anticorrupção e Probidade e de Finanças**26. 4. 48**Projeto**n.º 146 - 1948**C 70*CÂMARA DOS DEPUTADOS
Diretoria dos Serviços Legislativos

27 ABR 1948

PROTOCOLO GERAL

No. 1324

Autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dólares a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo.

(Do Sr. Valer de Andrade)

Art. 1º - Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo até o montante de USA \$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares) a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, junto ao International Bank ^{for} Reconstruction and Development, instituição de crédito norte americana.

Art. 2º - O produto desse empréstimo será destinado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade a cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, materiais, mão de obra relacionados com a ampliação da capacidade de força e energia elétrica, (assim como o resgate da totalidade das debentures emitidas) para a execução de serviços de utilidade pública nos municípios de Campo-Grande, Aquidauana e Corumbá, em Mato-Grosso, a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade, nos municípios de Caconde e Tapiratiba, em São Paulo, e nos municípios de Guaxupé, Guarânia, Muzambinho, Monte-Belo, Nove-Rezende, São Pedro da União, Alpinópolis, Conceição Aparecida e Carmo do Rio-Claro, em Minas-Gerais, a cargo da Companhia Geral de Eletricidade.

Art. 3º - No exercício da autorização contida no artigo 1º supra, poderá o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda obrigar o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, podendo transigir, renunciar e praticar todos os demais atos que julgar necessários.

Art. 4º - O pagamento do principal e acessórios do empréstimo será livre de quaisquer restrições ou impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais, bem assim os contratos relacionados á operação de crédito aqui autorizada e os atos deles decorrentes.

Art. 5º - O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda poderá aceitar quaisquer outras cláusulas e condições habitualmente

C71

estabelecidas pelo International Bank for Reconstruction and Development nos contratos feitos com governos estrangeiros - participantes do mesmo Banco.

Parágrafo único - O Ministro da Fazenda concederá, ainda, aos serviços do empréstimo os mesmos privilégios concedidos aos serviços dos empréstimos federais, estaduais e municipais.

Art. 6º - O Governo Brasileiro ficará subrogado nas garantias reais que a Companhia Matogrossense de Eletricidade e a Companhia Geral de Eletricidade prestarem ao Bank for Reconstruction and Development.

Art. 7º - Será válido o compromisso geral e antecipado de dirimir por arbitramento tôdas as controvérsias que surgirem com relação ao empréstimo.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 9º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Rio, 20 de Abril de 1948

Pyramy Pite
Agrícola de Barros
Adelmar Rocha
Vasconcelos, Lote
Luiz F. L.
Joel Monteiro de Castro
Faria Roberto
Alves Palma
Lucy de Figueiredo
Alde Lampaio
Campo Vernal
Jose Elias Luchessi
J. Duarte
Leahy, Lotes.

Lofo de Andrade
Ameliano Luth
Wellington Brandão
Alfredo da
Christian de Machado
Assis Pite
Benjamin Henrique
Antônio Fereze
Augusto Vargas
Volodya
Jose Maria Lopez Cançado
Yairson
Vilma de Resende
Jose Estevão Rodrigues
Luiz de S. S. S.
Roberto
João



1 - Está em andamento, na Câmara dos Deputados, o projeto que autoriza o empréstimo de 90 milhões de dólares a ser contraído pela Brazilian Traction, Light & Power Co. Ltd., e sob garantia do Tesouro Nacional, tendo em vista a Mensagem n. 17, de 11 de janeiro do corrente ano. Sobre o assunto, já se manifestaram, favoravelmente, as Comissões de Justiça e de Finanças. Como medida legal e idônea, preservando interesses nacionais, foi aprovada a emenda que considera o Governo Brasileiro subrogado nas garantias reais que a Light prestar ao banco financiador. O empréstimo destina-se a cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, materiais e mão de obra necessários à execução do plano de ampliação da capacidade de força e energia elétrica, assim como dos serviços de telefone, gás e outros melhoramentos de utilidade pública no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Minas-Gerais e Rio de Janeiro. A operação de crédito será feita no International Bank/Reconstruction and Development, com sede nos Estados Unidos da América do Norte. /// / /// / ///

for/

2 - O projeto, que ora apresentamos, também se destina a cobrir o custo de maquinárias e equipamentos relacionados com a ampliação de força e energia elétrica, assim como o resgate das debêntures emitidas para serviços de utilidade pública em vários municípios de São Paulo, Minas e Mato-Grosso, a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade e da Companhia Geral de Eletricidade, sediadas à rua São Francisco n. 81, 4º andar, na Capital de São Paulo. São duas antigas empresas, constituídas de acionistas brasileiros, em franca prosperidade e que gozam de reputação comercial destacada, em face da idoneidade e capacidade técnica de seus diretores. A prova eloquente é que o mesmo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, que entabou negociações com empresa tão poderosa, como seja a Light & Power, aceita também a proposta que lhe será encaminhada pela Companhia Matogrossense e pela Companhia Geral de Eletricidade. Estas empresas aguardam apenas a votação e sanção do presente projeto de lei, para a assinatura do contrato de empréstimo de três milhões de dólares, ou seja, em nossa moeda, mais ou menos 60 milhões de cruzeiros, que se destinam a melhoramentos inadiáveis e que tanto benefícios hão de espalhar em diversos municípios. ///

3 - Convém destacar que a Companhia Matogrossense, com escassos e onerosos recursos aqui conseguidos, deu execução às ampliações previstas no decreto nº 21.706, de 23 de Agosto de 1946, em relação à cidade de Corumbá. Por outro lado, Maracajú e Ribas do Rio-Pardo esperam e clamam pelos serviços de luz e força elétrica, porque estão às escuras. Do mesmo modo, Campo-Grande e Aquidauana necessitam, imediatamente, novos recursos de motores Diesel, até que possa a Companhia Matogrossense dar cumprimento ao seu projeto de construção de uma usina hidráulica de 12.000 KW. - No memorial, em anexo, estão descritos todos os planos e detalhes que devem ser executados. -

4 - Relativamente à Companhia Geral de Eletricidade, dentre outras se destacam as obras hidráulicas no Rio Pardo, município de Caconde, Estado de São Paulo, em adiantada fase de construção. Assim também a usina de Carmo do Rio-Claro necessita ampliação. O programa é grande e consta do anexo. / / / /

(Cont.)



C73

5 - No estudo que fizemos, em torno da iniciativa do presente projeto, concluimos que não há obrigatoriedade de Mensagem para proposições desta natureza. Pois, cabe à Câmara dos Deputados ou ao Presidente da República a iniciativa de todas as leis sobre matéria financeira; e, notadamente, cabe, ainda, ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, autorizar abertura e operações de crédito e emissões de curso - forçado, (art. 67 § 1º e art. 65 - VI - da Constituição; e art. 84 § 1º-I- do Regimento Interno da Câmara dos Deputados). Esta é nossa desvaliosa opinião. No entanto, a douta Comissão de Constituição e Justiça, em tempo oportuno, melhor se manifestará sobre o assunto. // / // / //

Sala das Sessões, Rio, 20 de Abril de 1948

Dolor de Andrade

Dolor de Andrade - Deputado.



A Sua Excelência o Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Sim.
L. J. J. J. J.

Tendo desistido das informações que pedi sobre o projeto nº 146/948, que autoriza ao Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até tres milhões de dolares a ser contraído pela Cia. Matogrossense de Eletricidade e pela Cia. Geral de Eletricidade, como séde na Capital de S. Paulo, ao Ministério da Fazenda, venho requerer a V. Excia. que se digne de fazer voltar o processo à esta Comissão de Constituição e Justiça, tomando as providências de estilo.

Comissão de Constituição e Justiça, em 17 de Fevereiro de 1949.

Rio de Janeiro 4 de abril de 1948.

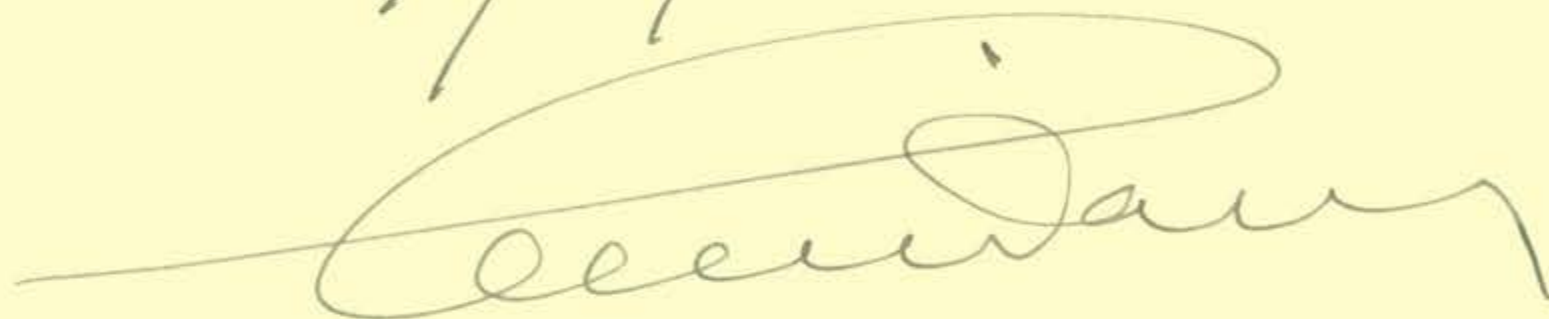
Referido
4/5/48
Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa. seja enviada cópia do projeto 146/48 e justificação, de autoria do deputado Dolor de Andrade ao Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, uma vez que contém dita proposição, uma autorização àquele ministério para oferecer garantia ao Tesouro Nacional a um empréstimo de três milhões de dolares a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade.

Assim, é de mister, para elucidar o aspecto constitucional do parecer, a audição do referido Ministério da Fazenda.

J. S. da C. de C. e J.

Recm 4/5/48



Rio de Janeiro, 7 de maio de 1948.

Of. 7/48

Senhor Presidente:

Em virtude de requerimento do deputado Gilberto Valente, relator do projeto 146/48 de autoria do deputado Dolor de Andrade e outros, que autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dolares a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletrecidade e pela Companhia Geral de Eletrecidade, com sede na capital de S. Paulo, tenho a honra de solicitar a V. Exa. seja enviada cópia do projeto citado ao Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda. Vai anexo cópia completa do projeto, inclusive plantas.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração

A Sua Excelência o sr. Deputado Samuel Duarte
Presidente da Câmara dos Deputados.

*A Senetaria para o senhor**3. 3. 49**duarte*

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1949:

Of. 15/49.

Senhor Presidente:

Em virtude de requerimento do deputado Gilberto Valente, relator do projeto nº 146/48, que autoriza ao Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dólares a ser contraído pela Cia. Matogrossense de Eletricidade e pela Cia. Geral de Eletricidade com sede na capital de S. Paulo, tenho a honra de comunicar a V. Exa. que o relator do projeto resolveu desistir das informações pedidas em nosso ofício nº 40/48.

Outrossim, solicito as providências de V. Exa. a fim de que o aludido projeto seja restituído, com urgência a esta Comissão de Constituição e Justiça.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Gustavo Caporale

A Sua Excelência o sr. deputado Samuel Duarte,
Presidente da Câmara dos Deputados.

1575

DIVERSOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA DOS SERVIÇOS LEGISLATIVOS

PROTOCOLO GERAL

AUTOR	NÚMERO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	1575
EMENTA	DATA
Solicita informações ao Ministério da Fazenda, sobre o projeto <u>143/48</u> .	12.5.48
DOCUMENTOS ANEXOS	ESPÉCIE
	Ofício 7/48

JUNTADA	DATA			NATUREZA
	D	M	A	

INDICAÇÃO DE MOVIMENTO

Deferido
7.5.48
Samuel Duarte

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1948.

Of. 7/48

Senhor Presidente:



Em virtude de requerimento do deputado Gilberto Valente, relator do projeto 146/48 de autoria do deputado Dolor de Andrade e outros, que autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dolares a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletrecidade e pela Companhia Geral de Eletrecidade, com sede na capital de S. Paulo, tenho a honra de solicitar a V. Exa seja enviada cópia do projeto citado ao Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda. Vai anexo cópia completa do projeto, inclusive plantas.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Samuel Duarte

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Diretoria dos Serviços Legislativos
Seção do Expediente

Feito o respectivo expediente
em 10 de maio de 1948
por ofício sob N.º 488 -

Secretaria da Câmara dos Deputados
em 11 de maio de 1948

Samuel Duarte
Chefe da Seção do Expediente

A Sua Excelência o sr. deputado Samuel Duarte
Presidente da Câmara dos Deputados.

Rio, em 10 de maio de 1948.

Nº-488-

Empréstimo à Companhia Matogrossense de Eletricidade e à Companhia Geral de Eletricidade (Projeto nº 146-1948).

Senhor Ministro:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de que se digne informar a esta Câmara a respeito, conforme pedido da Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto nº 146-1948, que autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até USA \$ 3,000.000, 00, às Companhias Matogrossense de Eletricidade e Companhia Geral de Eletricidade.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de meu mais alto apreço.

Munhoz da Rocha,
1º Secretário.

Anexos:
Projeto nº 146-1948.
Requerimento do Deputado Gilberto Valente da Comissão de Constituição e Justiça.
1 Memorial.
Plantas.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Pedro Luiz Corrêa e Castro,
Ministro de Estado da Fazenda.

ANDAMENTO

[illegible]



Deferido.
28.9.48
Samuel Duarte

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1948.

Of. 40/48

Senhor Presidente:

CÂMARA dos DEPUTADOS
Recebido em
30 SET 1948
PROTÓCOLO GERAL
No. 4157

Em virtude de requerimento do deputado Gilberto Valente, relator do projeto nº 146/48, que autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dólares a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, como sede na capital de São Paulo, tenho a honra de solicitar as necessárias providências de V. Exa. no sentido de que seja ouvido o Conselho de Eletricidade e Departamento de Águas e Energia, por intermédio do Ministério da Agricultura, a fim de obter informações que habilitem o relator a fundamentar o seu parecer. Vai anexo um avulso do projeto.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Samuel Duarte

A Sua Excelência o sr. deputado Samuel Duarte
Presidente da Câmara dos Deputados.



CAMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 146 — 1948

Autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dollars a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo

Do Sr. Dolor de Andrade

Art. 1.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a dar garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo até o montante de USA \$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares) a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na Capital de São Paulo, junto ao International Bank for Reconstruction and Development, instituição de crédito norte-americana.

Art. 2.º O produto desse empréstimo será destinado pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade a cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, materiais, mão de obra relacionados com a ampliação da capacidade de força e energia elétrica, assim como o resgate da totalidade das debêntures emitidas para a execução, de serviços de utilidade pública nos municípios de Campo Grande, Aquidauana e Corumbá, em Mato Grosso, a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade, nos municípios de Caconde e Tapiratiba, em São Paulo, e nos municípios de Guaxupé, Guaranésia, Muzambinho, Monte Belo, Nova Rezende, São Pedro da União, Alpinópolis, Conceição Aparecida e Carmo do Rio Claro, em Minas Gerais, a cargo da Companhia Geral de Eletricidade.

Art. 3.º No exercício da autorização contida no artigo 1.º supra, poderá o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda obrigar o Tesouro Nacional, como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, podendo transigir, renunciar e praticar todos os demais atos que julgar necessários.

Art. 4.º O pagamento do principal e acessórios, do empréstimo será livre de quaisquer restrições ou impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais, bem assim os contratos relacionados à operação de crédito aqui autorizada e os atos deles decorrentes.

Art. 5.º O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda poderá aceitar quaisquer outras cláusulas e condições habitualmente estabelecidas pelo International Bank for Reconstruction and Development nos contratos feitos com governos estrangeiros participantes do mesmo Banco.

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda concederá, ainda, aos serviços do empréstimo os mesmos privilégios concedidos aos serviços dos empréstimos federais, estaduais e municipais.

Art. 6.º O Governo Brasileiro ficará sub-rogada nas garantias reais que a Companhia Matogrossense de

Eletricidade e a Companhia Geral de Eletricidade prestarem ao Bank for Reconstruction and Development.

Art. 7.º Será válido o compromisso geral e antecipado de dirimir por arbitramento todas as controvérsias que surgirem com relação ao empréstimo.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 9.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, Rio, 20 de abril de 1948. — *Dolor de Andrade*. — *Aureliano Leite*. — *Wellington Brandão*. — *Alfredo Sá*. — *Christiano Machado*. — *Bias Fortes*. — *Duque Mesquita*. — *Olyntho Fonseca*. — *Augusto Viegas*. — *Toledo Piza*. — *José Maria Lopes Cançado*. — *José Bonifácio*. — *Vieira da Rocha*. — *José Esteves Rodrigues*. — *Euzebio da Rocha*. — *Pedroso Júnior*. — *Diniz Gonçalves*. — *Lycurgo Leite*. — *Agricola de Barros*. — *Adelmar Rocha*. — *Vasconcelos Costa*. — *Jurandyr Pires*. — *José Monteiro de Castro*. — *Faria Lobato*. — *Alves Palma*. — *Jacy de Figueiredo*. — *Alde Sampaio*. — *Campos Vergal*. — *José Alves Linhares*. — *Pedro Dutra*. — *Lhayr Tostes*.

Justificação

1. Está em andamento, na Câmara dos Deputados, o projeto que autoriza o empréstimo de 90 milhões de dólares a ser contraído pela Brazilian Traction, Light & Power Co. Ltd., e sob garantia do Tesouro Nacional, tendo em vista a Mensagem, n.º 17, de 11 de janeiro do corrente ano. Sobre o assunto, já se manifestaram, favoravelmente, as Comissões de Justiça e de Finanças. Como medida legal e idônea, preservando interesses nacionais, foi aprovada a emenda que considera o Governo Brasileiro subrogado nas garantias reais que a Light prestar ao banco financiador. O empréstimo destina-se a cobrir o custo de maquinárias, equipamentos, materiais e mão de obra necessários à execução do plano de ampliação da capacidade de força e energia elétrica, assim como dos serviços de telefone, gás e outros melhoramentos de utilidade pública no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A operação de crédito será feita no International Bank for Reconstruction and Development, com sede nos Estados Unidos da América do Norte.

2. O projeto, que ora apresentamos, também se destina a cobrir o custo de maquinárias e equipamentos relacionados com a ampliação de força e energia elétrica, assim como o resgate das debentures emitidas para serviços de utilidade pública em vários municípios de São Paulo, Minas e Mato-Grosso, a cargo da Companhia Matogrossense de Eletricidade e da Companhia Geral de Eletricidade, sediadas à rua São Francisco n.º 81, 4.º andar, na Capital de São Paulo. São duas antigas empresas, constituídas de acionistas brasileiros, em franca prosperidade e que gozam de reputação comercial destacada, em face da idoneidade e capacidade técnica de seus diretores. A prova eloquente é que o mesmo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, que entaboula negociações com empresa tão poderosa, como seja a Light & Power, aceitará também a proposta que lhe será encaminhada pela Companhia Matogrossense e pela Companhia Geral de Eletricidade. Estas empresas aguardam apenas a votação e sanção do presente projeto de lei, para a assinatura do contrato de empréstimo de três milhões de dólares, ou seja, em nossa moeda, mais ou menos 60 milhões de cruzeiros, que se destinam a melhoramentos inadiáveis e que tanto benefícios hão de espalhar em diversos municípios.

3. Convém destacar que a Companhia Matogrossense, com escassos e onerosos recursos aqui conseguidos, deu execução às ampliações previstas no decreto n.º 21.706, de 23 de agosto de 1946, em relação à cidade de Corumbá. Por outro lado, Maracajú e Ribas do Rio-Pardo esperam e clamam pelos serviços de luz e força elétrica, porque estão às escuras. Do mesmo modo, Campo-Grande e Aquidauana necessitam, imediatamente, novos recursos de motores Diesel, até que possa a Companhia Matogrossense dar cumprimento ao seu projeto de construção de uma usina hidráulica de 12.000 KW. — No memorial, em anexo, estão descritos todos os planos e detalhes que devem ser executados.

4. Relativamente à Companhia Geral de Eletricidade, dentre outras se destacam as obras hidráulicas no Rio Pardo, município de Caconde, Estado de São Paulo, em adiantada fase de construção. Assim também a usina de Carmo do Rio-Claro necessita amplia-

ção. O programa é grande e consta do anexo.

5. No estudo que fizemos, em torno da iniciativa do presente projeto, concluímos que não há obrigatoriedade de Mensagem para proposições desta natureza. Pois, cabe a Câmara dos Deputados ou ao Presidente da República a iniciativa de todas as leis sobre matéria financeira; e, notadamente, cabe, ainda, ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, autorizar abertura e operações

de crédito e emissões de curso forçado, (art. 67 § 1.º e art. 65 — VI — da Constituição; e art. 84 § 1.º I — do Regimento Interno da Câmara dos Deputados). Esta é nossa desvaliosa opinião. No entanto, a douda Comissão de Constituição e Justiça, em tempo oportuno, melhor se manifestará sobre o assunto.

Sala das Sessões, Rio, 20 de abril de 1948. — *Dolor de Andrade* — Deputado.

Rio, em 29 de setembro de 1948

Nº 1484
Sobre o Projeto
nº 146/1948.

Senhor Ministro :

A fim de atender ao requerimento do senhor deputado Agamenon Magalhães, residente da Comissão de Constituição e Justiça, desta Câmara, tenho a honra de solicitar as necessárias providências de Vossa Excelência no sentido de que seja ouvido o Conselho de Eletricidade e Departamento de Águas e Energia, sobre o Projeto nº 146/ de 1948, que autoriza o Ministério da Fazenda a garantir um empréstimo até três milhões de dólares a ser contraído pela Companhia Matogrossense de Eletricidade e pela Companhia Geral de Eletricidade, com sede na capital de São Paulo.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Munhoz da Rocha,

1º Secretário.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Daniel de Carvalho,
Ministro de Estado da Agricultura .

BP/ant

ANDAMENTO